

# Diário do Legislativo de 14/03/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - RESOLUÇÕES

#### 2 - ATA

#### 2.1 - Reunião de Comissões

### 3 - ORDENS DO DIA

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 4.1 - Plenário

#### 4.2 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATAS

## RESOLUÇÕES

### RESOLUÇÃO Nº 5.246, DE 13 DE MARÇO DE 2006

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 19/2005, concedido à Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 19/2005 à empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de março de 2006, 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Mauri Torres – Presidente

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

Ratifica o Regime Especial de Tributação nº 18/2005, concedido à Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica ratificada a concessão do Regime Especial de Tributação nº 18/2005 à empresa Domingos Costa Indústrias Alimentícias S.A., nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de março de 2006, 218º da Inconfidência Mineira e 185º da Independência do Brasil.

Deputado Mauri Torres – Presidente

Deputado Antônio Andrade – 1º-Secretário

Deputado Luiz Fernando Faria – 2º-Secretário

## ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/3/2006

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Antônio Júlio, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Deputado André Quintão solicitando apensar ao Projeto de Lei nº 1.297/2003 abaixo-assinado de autoria do Centro Acadêmico de Serviço Social - Cass-Unimontes, em apoio à instituição do serviço social nas escolas da rede pública estadual; e de ofícios publicados no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: dos servidores do Hospital Universitário Clemente de Faria - Unimontes (23/2/2006); e dos servidores em exercício na Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre (23/2/2006). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 133/2003, do Deputado Carlos Pimenta, para o qual designou como relator o Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.994 (voto contrário do Deputado Sargento Rodrigues) e 6.085/2006. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Paulo Piau e Doutor Viana, solicitando a realização de reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, destinada a se debater, em audiência pública com as autoridades governamentais e representantes das categorias de servidores públicos, a situação da aposentadoria dos servidores designados do Estado que se encontram extremamente inseguros com a falta de definição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 9/3/2006, quinta-feira, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2006.

Fahim Sawan, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Célio Moreira - Adalclever Lopes.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 10ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 14/3/2006

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Companhia Energética de Minas Gerais e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém- nascidos, no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, que dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que institui o Dia do Yôga. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dores do Indaiá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais, das sociedades por ações e de responsabilidade limitada. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 242/2003, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão Especial do Cooperativismo, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.533/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria; Projetos de Lei Complementar nºs 76/2005, do Deputado Doutor Viana; 77/2005, do Deputado Edson Rezende; Projetos de Lei nºs 2.334/2005, do Deputado George Hilton; 2.581/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.632/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.746/2005, do Deputado George Hilton; 2.772, 2.781 e 2.783/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.804 e 2.805/2005, do Deputado George Hilton; 2.870/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.882/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.912/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.916/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.407/2005, do Deputado Leonardo Quintão; 2.428/2005, do Deputado George Hilton; 2.758/2005, do Deputado Roberto Carvalho; 2.862/2005, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.884/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.901/2005, do Deputado Antônio Andrade; 2.902/2005, da Deputada Maria Ólivia; 2.903 e 2.904/2005, do Deputado Durval Ângelo; 2.905/2005, do Deputado João Leite; 2.911/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.955/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.984, 5.985 e 5.991e 5993/2006, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter informações sobre o funcionamento do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR-MG -, que tem como órgão executor o Idene, e debater seus critérios.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.100 a 6.104, 6.118 a 6.122, 6.142 a 6.146/2006, do Deputado Sebastião Helvécio, e 6.139/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a epidemia de dengue no Estado, com ênfase no Triângulo Mineiro, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 15/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/3/2006, destinada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, a apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 92, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.810, que altera a Lei nº 15.394, de 6/10/2004, que torna obrigatório o exame de fundo de olho em recém-nascidos, no Estado; 16.860, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que especifica, que dispõe sobre a Vantagem Temporária Incorporável - VTI - e sobre o posicionamento dos servidores nas carreiras e dá outras providências; 16.870, que institui a política estadual de apoio à produção e à utilização do biodiesel e de óleos vegetais; 16.872, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis; 4.747, de 9/5/68, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais; 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, e 10.992, de 29/12/92, que estabelece tratamento tributário diferenciado e simplificado para o microprodutor rural e para o produtor rural de pequeno porte e dá outras providências; e 16.882, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2006; da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 324/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública de ensino estadual e dá outras providências; 774/2003, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dolores do Indaiá o imóvel que especifica; 1.313/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que institui o Dia do Yôga; 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal; 2.357/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia ou contragarantia à Companhia Energética de Minas Gerais e às suas subsidiárias integrais, mediante alteração da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências; 2.540/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica; 2.643/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba o imóvel que especifica; e 2.706/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa dos dirigentes e servidores das empresas estatais, das sociedades por ações e de responsabilidade limitada; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de março de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/3/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de conhecer e avaliar os resultados das etapas já implementadas da "Meta 2010: navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas, em sua passagem pela Região Metropolitana de Belo Horizonte", bem como conhecer as prioridades do governo na área ambiental; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de março de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membros para Comporem o Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Adalclever Lopes, Doutor Viana e Weliton Prado, membros da Comissão Especial para emitir parecer sobre a indicação dos nomes dos Srs. Oto Néri Borges, Avani Avelar Xavier Lanza, Arminda Rosa Rodrigues da Mata Machado, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Francisco César Sá Barreto e Faíçal David Freire Chequer, para a reunião a ser realizada em 14/3/2006, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de março de 2006.

Dilzon Melo, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2006

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Gustavo Corrêa, Jésus Lima e José Milton, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/3/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de março de 2006.

Ivair Nogueira, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.841/2005

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.841/2005 visa dar a denominação de Ivan Mattar Soukef à escola estadual situada na Rua Francisco Aguinaldo, nº 71, no Município de Delta.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Em reunião realizada em 24/8/2005, o colegiado do referido estabelecimento de ensino, por unanimidade dos votos de seus membros, indicou o nome de Ivan Mattar Soukef para denominá-lo.

Cidadão exemplar, o homenageado prestou relevantes serviços à população de Delta. Era muito respeitado e lutou incansavelmente pela melhoria da qualidade de ensino no Município.

Em reconhecimento aos bons serviços prestados, justa se torna a homenagem que lhe está sendo concedida.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.841/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de março de 2006.

Doutor Viana, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/3/2006

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, de acordo com o dispositivo regimental e o tempo que tenho, queria cumprimentar especialmente as nossas queridas companheiras, guerreiras, Deputadas desta Casa, as nossas queridas servidoras e os companheiros, amigos, Deputados e servidores.

Em todos os dias 8 de março, sempre nos perguntamos: "O Dia Internacional da Mulher é um dia para comemorar ou um dia para chorar?". Na minha compreensão, Deputadas Ana e Maria Tereza, devemos comemorar, devemos falar da vida, da criação da vida, porque, dessa forma, falaremos das mulheres. Hoje não é dia de lamentarmos nossas dores, perdas, tristezas, porque fazemos isso - e a vida nos faz - nos 364 dias que nos restam.

Queria mais do que isso. Ao falar da vida e da criação da vida, queria dizer que temos de compreender o desafio que hoje nos cabe. Deputada Maria Olívia, que também, com a sua experiência, honra esta Casa, sinceramente, o nosso desafio não é se referir, pura e simplesmente, as conquistas, que são muitas. Quero destacar que deixar de tratar a questão da mulher como preocupação exclusiva dos movimentos de mulheres e passar a tratá-la como reconhecimento dos governos, com a apresentação de políticas públicas para as mulheres, foi uma conquista fundamental. Mas não foi apenas essa conquista, expressa na Conferência Nacional dos Direitos da Mulher, no ano passado, da qual as mulheres mineiras participaram; realizaram a sua conferência estadual, que se completou com o Plano Nacional de Políticas Públicas, que tramita no Congresso Nacional.

Também não devemos dizer apenas das conquistas das mulheres Deputadas desta Casa, que são muitas. Às vezes, uma simbólica conquista tem uma representação muito grande. Antes, esta Casa, pelo microfone, convidava apenas: "Srs. Deputados, queiram comparecer ao Plenário para o início da reunião". Hoje, simbolicamente, e após a pressão importante da Deputada Maria Tereza, dá-se visibilidade e faz-se a convocação: "Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queiram comparecer ao Plenário para o início da reunião". Não se trata apenas disso. Esta Casa referendou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o inciso que assegura recursos às mulheres, porque não adiantavam projetos, se não havia possibilidade de realizá-los. Esta Casa aprovou uma lei orçamentária que também estabelece projetos, planos e recursos para as mulheres. Mas não se trata apenas de falar disso, das nossas vitórias e dos nossos limites. Temos limites no acesso ao poder. Se já ousamos conquistar o espaço em uma nave espacial, pilotamos aviões, dirigimos times de futebol, nós, no espaço do poder, temos uma pequena representação. São 9 mulheres em 81 Senadores; 45 em 513 Deputados; 2 em 27 Governadores, 3 em 23 Ministros; 6.500 em 51.000 Vereadores deste país. Portanto é um espaço limitado. Não quero falar apenas dos limites deste Poder nem destacar que esses limites têm que ver com a necessidade de democratizar o espaço político, mas têm que ver com a discussão de uma reforma política que assegure que, nas listas fechadas, tenhamos Deputadas eleitas, e não apenas uma cota percentual de candidaturas.

Também temos de discutir, na reforma política, o fato de o financiamento público possibilitar efetivamente que o poder econômico, nas campanhas eleitorais, não fique apenas nas mãos dos homens. Mas também não era sobre isso que eu queria falar. Queria falar da nossa história, sobretudo da compreensão e da nossa consciência, pois são 10 mil anos de humanidade, em que há discriminação de gênero e preconceito contra as mulheres. É uma longa luta que cresce a cada dia.

Ontem esta Casa aprovou, pelas mãos do relator, Deputado Gustavo Correa, o Projeto de Lei nº 2.919. Foi uma alteração simbólica, o quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros, no projeto original, de 5%, passa e cresce 100%. E o inciso estabelece a aprovação de até 10%. São conquistas, apesar de pequenas.

Deputadas Ana Maria Resende, Maria Tereza Lara, Maria Olívia, Vanessa Lucas, neste dia, gostaria de afirmar que sabemos que a nossa luta é longa; entretanto temos a certeza de que cresce, a cada dia, a parceria de compartilhar essa luta com os companheiros homens; de que cresce, a cada dia, a nossa disposição de avançar nessas conquistas; de que cresce, a cada dia, a certeza de que, quanto mais longa, mais decisiva a nossa ousadia, a nossa coragem, a nossa determinação de nos transformarmos; a determinação de, herdeiras das lutas do passado, transformarmo-nos em guerreiras das lutas presentes e de nos transformarmos em ousadas combatentes das lutas futuras.

Antes de concluir, concederei aparte à Deputada Maria Tereza Lara, respeitando o apelo do Presidente para que mais Deputados façam uso da tribuna. Que nesta luta estejamos todos comprometidos, homens e mulheres, pois ela não diz respeito à emancipação da mulher, mas sim à emancipação humana, à felicidade humana. E tenho a certeza de que os presentes sabem quanto ela é dolorosa e difícil, mas que um dia será conquistada.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Deputada Jô Moraes, nossa companheira, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento. De fato, hoje é dia de esperança de que as mulheres, cada vez mais, conquistem seus direitos. Como V. Exa. disse, as nossas reivindicações são permanentes. E hoje também é dia de apontarmos as nossas vitórias para termos força para continuar esse trabalho.

Faço menção a todas as companheiras da bancada feminina, Deputada Ana Maria Resende, Maria Olívia, Vanessa Lucas, Jô Moraes, Cecília Ferramenta, Elisa Costa e Lúcia Pacífico.

Neste momento, lembramos que dois projetos tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado. Trata-se de conquistas das mulheres de todo o País, sobretudo das de Minas Gerais, que têm dado grande contribuição. A Deputada Jô Moraes está na linha de frente em defesa das mulheres. Um dos projetos tem em vista a defesa das mulheres contra a violência, ou seja, oferece diretrizes, políticas públicas de combate à violência. O outro, apresentado pela Deputada Luci Choinacki, que também é uma trabalhadora rural, trata da aposentadoria da dona de casa. Ou seja, esse projeto tem a finalidade de reconhecer como profissão o trabalho da dona de casa. Dessa forma, a mulher poderá aposentar-se depois de longa contribuição à família, seja na criação dos filhos, seja na organização da casa.

Cumprimento todas as companheiras da bancada feminina, bem como os Deputados desta Casa, que também reconhecem a importância do papel da mulher. Nós, que já somos 51% dos habitantes deste país, pretendemos ocupar 50% do espaço de poder para que haja democracia de gênero e companheirismo. Queremos que homens e mulheres estejam lado a lado, construindo uma sociedade fraterna, justa e igualitária, como tanto sonhamos. Nosso abraço, Jô Moraes e toda a bancada feminina! Na pessoa de cada Deputada, mandamos um abraço fraterno e carinhoso a toda mulher do Estado de Minas Gerais que tem lutado, muitas vezes, de forma anônima, para construir um mundo mais justo. Obrigada.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Deputada Jô Moraes, minha companheira, congratulo-me com seu pronunciamento. Felicito as companheiras Deputadas pelo Dia da Mulher. Ademais, ressalto que este dia também representa a memória da luta das 129 tecelãs que, há

149 anos, morreram carbonizadas em virtude da postura dos capitalistas de ontem e de hoje, que trabalham com a perspectiva da precarização das relações de trabalho e da exploração máxima.

Hoje, pela manhã, realizamos um debate na Comissão de Direitos Humanos sobre o Dia Internacional da Mulher, quando foi aprovado um requerimento que já contou com a aceitação do Presidente da Casa. Nesse caso, no dia 8 de março do próximo ano, quando comemoraremos 150 anos da memória da luta das tecelãs de Nova Iorque, poderá ser concedida a honraria máxima da Assembléia, a Medalha do Mérito Legislativo, às 150 mulheres da luta, da organização e do compromisso com a transformação social de Minas Gerais.

Queremos tornar público o requerimento aprovado hoje. Tenho certeza de que Eduardo, Secretário-Geral, já recebeu orientação do Presidente para começar a pensar na cerimônia do dia 8 de março do próximo ano. Essa será uma forma de esta Casa demonstrar seu compromisso com a causa de gênero, com a transformação dessas relações que, nos últimos anos, têm gerado violência e exclusão das mulheres na sociedade. Parabéns pelo pronunciamento!

A Deputada Jô Moraes - Obrigada. É uma bela ação para o próximo ano.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Obrigado, companheira Jô Moraes. É uma satisfação apartear-la neste dia. Parabéns V. Exa. pelo seu testemunho nesta tribuna. É bom não só celebrar as conquistas, mas também lembrar o que se está por conquistar. Desde 1933, quando foi eleita a primeira Deputada brasileira, Carlota Pereira de Queiroz, o processo da representação das mulheres na política tem sido muito lento.

Então, pessoas como as Deputadas Maria Tereza Lara, Maria Olívia, Ana Maria, Jô Moraes e outras companheiras têm mostrado como podem contribuir neste Parlamento na luta das mulheres conosco, homens, Deputados.

Nos últimos anos, tem acontecido um processo de organização das mulheres. Esperamos que as mulheres também conquistem espaço na representação política. Na América Latina, em nosso continente, o Brasil hoje está muito atrás de países como a Argentina, o México e Cuba, onde as mulheres já têm conquistado esse espaço na política.

Parabéns V. Exa. Estamos juntos nessa luta. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Quero agradecer-lhe. Sr. Presidente, concluindo, quero registrar a parceria que os Deputados, homens, realizam conosco dentro de um processo doloroso de disputa, com a sua própria consciência, e lembrar um poema que, na condição de mulher, a gente dirigia a vocês, de Paul Éluard, poeta francês: "Minha ventura é a nossa ventura. O meu sol é o nosso sol. Partilhamos a vida entre nós. O espaço e o tempo nos contemplam". Estejamos todos juntos nesse dia, que deverá ser o dia que anuncia a emancipação humana.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, não poderia deixar de cumprimentar as mulheres pelo seu dia, embora eu seja um dos adeptos do pensamento de que todo dia é dia da mulher, principalmente da mulher honrada.

Sr. Presidente, tentarei ser o mais breve possível, mas o espaço que temos para falar no pinga-fogo dá apenas para quatro ou cinco Deputados. Para 15 Deputados falarem, ficará complicado. Apenas com a condescendência de V. Exa., conseguiremos que todos venham a esta tribuna.

Sr. Presidente, em 2002, o Prefeito de Ribeirão das Neves, Dirceu Pereira, sofreu um processo por parte do Ministério Público local porque fez um processo licitatório para a coleta do lixo e a regularização do aterro sanitário daquela cidade. O Prefeito fez uma concorrência e sofreu um processo por parte do Ministério Público - e essa ação civil pública corre até hoje - porque, nessa licitação, apenas uma empresa se habilitou para participar.

Há cerca de um ano, a Prefeitura de Ribeirão das Neves contratou um cidadão, pessoa física, para fazer a reestruturação do aterro sanitário e a coleta de lixo, com dispensa de licitação. Um contrato de R\$1.600.000,00 para um cidadão que não tem nenhum serviço de limpeza pública prestado em Minas Gerais, nenhuma consultoria, nem sequer uma empresa para prestar esse serviço.

Fizemos a denúncia, dentre tantas outras que existem naquele Município. Ao fazer essa denúncia, sou obrigado hoje a ocupar esta tribuna, porque, antes da eleição do ano passado - inclusive o Deputado Agostinho Silveira foi meu colega de partido por duas vezes, em 1990 e em 2004.

Tivemos alguns embates no passado e outros mais recentes, mas sempre de altíssimo nível. Agostinho é meu companheiro. Posso chamá-lo de companheiro porque não sou bandido e, portanto, não preciso chamá-lo de comparsa. Quando ele foi candidato a Vice-Prefeito na chapa de Contagem, disse-lhe que estava entrando numa gelada, pois aquela mulher não havia prestado serviço algum. A única coisa que fez durante todo o tempo que permaneceu na Assembléia foi falar de salário de Deputado. Aliás, o salário de Deputado movimenta a imprensa e alguns setores interessados em denegrir a sua imagem. Serve de palco para aqueles que revelaram num "jornalzinho" que recebiam R\$41.000,00, mas, na calada dos bastidores desta Casa, recebiam R\$102.000,00. São tão covardes e sujos que choraram nesta tribuna após terem comprado apartamento no portal dos marajás. Para não aparecer a escritura, vendeu o apartamento "escondidinho", ainda no contrato.

Disse ao Agostinho para não se juntar a essa (...)\*\*\*, pois aquilo não é um partido, e sim uma (...)\*\*\*. O Agostinho foi o Vice-Prefeito da Marília. Agostinho, perdoe-me ter de falar isso na tribuna, mas você faz parte dessa administração suja, covarde, corrupta e tão cheia de bandalheira como a que ocorre no PT em todo o País. Tão cheia de bandalheira como a maioria dos petistas, se não for a totalidade.

A D. Marília me faz um contrato com a empresa Cobra para a informatização do Município, no valor de R\$21.000.000,00, com dispensa de licitação. Aí uma empresa de um "compadrezinho" dela ganha para fazer um cabeamento ou coisa parecida. Não me ative à porcaria, pois há muito lixo, mas vou detalhar, porque farei a denúncia ao Ministério Público do patrimônio do Estado. Naquela comarca já foi aberta a ação civil pública contra essa senhora, que não deixa de ser igual à Marta, de São Paulo, que (...)\*\*\* sobre o nosso salário, porque sabia que lá teria a oportunidade de meter a mão em propina, conforme demonstram os contratos.

Como no caso de Ribeirão das Neves, havia uma empresa, cujo nome ainda não memorizei, que fazia a coleta do lixo de Contagem. Vou averiguar, pois o contrato estava vencido. Vou conversar com a Vanessa e com o ex-Deputado Ademir Lucas para saber a origem disso, pois o contrato já estava vencido. A D. Marília, ao invés de fazer uma concorrência para a coleta de lixo de Contagem, pegou o contrato da empresa que coletava 100% do lixo, reduziu a participação dessa empresa para 20% e, coincidentemente, entregou os demais 80% à Consita, que legalmente deu R\$500.000,00 para a campanha de Fernando Pimentel, na mesma forma de mutreta, de jeitinho, de engavetamento, de prorrogação sem licitação, por especialização. Aliás, esse negócio de lixo é uma especialidade do PT. Esse povo de mão suja tem uma qualidade para mexer com lixo como nunca vi.



E aí entregam... A empresa que coletava o lixo, para não pôr a boca no trombone, ficou com 20% da coleta do lixo de Contagem. E a outra, independente de licitação, com dispensa de licitação, coleta hoje 80% do lixo de Contagem.

Oh, meu Deus do céu! Depois vamos vendo por que se gasta tanto dinheiro em publicidade neste país: é para os jornais ficarem calados e não falarem das mazelas e das sujeiras dessa senhora - aliás, hoje deveríamos estar aqui homenageando-a. Ela (...)\*\* aqui o tempo todo sobre salário e que não queria receber isso ou aquilo porque era uma aberração e uma imundície. Dona Marília, imundície é receber propina dentro de tanta safadeza como a senhora está fazendo no Município de Contagem, o que ajuda, graças a Deus, a enterrar de vez esse partido que nada de novo trouxe ao País.

Hoje, naquele Município, a rejeição ao Governador Aécio Neves é de 8%; a do governo Lula, 40%; e a da Sra. Prefeita, que (...)\*\* o tempo todo sobre salário de Deputado, 53%. Oh, maravilha! Fico feliz quando o povo toma o ferro merecido por votar em gente vagabunda e enganadora. Parabéns ao povo de Contagem pela lição de vida que estão tomando, porque se arrebentaram com as próprias mãos. Quando não sabem votar, as pessoas votam exatamente como aqueles que jogam estrumes para cima para depois caírem em suas próprias cabeças.

Sr. Presidente, cobraremos atentamente do Ministério Público deste Estado, que sempre foi um grande parceiro desse partido que não representa os trabalhadores, mas sim as quadrilhas organizadas deste país. Dentro desta Casa Legislativa há a nata dos representantes desse partido que se diz o partido da ética, da transparência e da honestidade, e que, com jeitinho, leva a mão em tudo neste país.

Sr. Presidente e Deputados, muito obrigado. Economizei 4 minutos para V. Exa. e para essa (...)\*\* responder à altura.

\* - Sem revisão do orador.

\*\* - Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, imprensa escrita e falada.

No final do ano passado, representantes da indústria calçadista brasileira reuniram-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e obtiveram dele o compromisso de que o governo federal adotaria medidas para ajudar o setor a enfrentar os prejuízos causados pela desvalorização do dólar. Criou-se com isso uma grande euforia no setor calçadista, mas, na verdade, até agora nada foi feito. O que vemos são perspectivas cada vez mais sombrias, com a contínua desvalorização do dólar, que fechou ontem com cotação de R\$2,14.

O Sindicato das Indústrias de Calçados de Nova Serrana e Região, terceiro pólo calçadista do País, já refez suas projeções de crescimento para 2006 - que eram estimados em 6% da produção - e planejava produzir neste ano os mesmos 77 milhões de pares de calçados de 2005. Ou seja, não há previsão de crescimento na indústria calçadista mineira para este ano!

Alguém poderia questionar minha preocupação, lembrando que, no caso do pólo calçadista de Nova Serrana, apenas 4% da produção é voltada para o mercado externo e que, por isso, a desvalorização do dólar não deve afetar tanto assim o faturamento. Mas devo lembrar que a queda nas exportações das indústrias calçadistas de São Paulo e do Rio Grande do Sul implica uma tendência de redirecionamento de seus produtos para o mercado interno, nicho tradicional das empresas mineiras.

Esse mercado é muito complexo, e a artificialidade da política monetária que influi na cotação do dólar não é o único fator responsável por essa crise histórica, por que está passando o setor. Outros fatores devem ser considerados, como os juros, a alta carga tributária e também a concorrência chinesa.

Por isso esse cenário sombrio não se configura somente para a indústria calçadista de Minas. A expectativa da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - Abicalçados - é que o ano termine com pelo menos 25 mil demissões e 85 milhões de pares a menos na produção.

Para se ter uma idéia da situação a que chegou a indústria calçadista no País, basta verificar os números. As exportações brasileiras caíram de 212 milhões para 189 milhões de pares entre 2004 e 2005, enquanto as importações subiram de 8.800.000 para 16 milhões, sendo 81% originários da China. Está coberto de razão, portanto, o Presidente da Abicalçados, Elcio Jacometti, quando reclama da falta de reação por parte dos órgãos do governo aos apelos de ajuda.

Naturalmente a indústria calçadista está buscando alternativas e soluções para fugir da crise. Recentemente o Sindicato das Indústrias de Calçados de Nova Serrana e Região viabilizou uma parceria com o Sebrae-MG e a Fiemg, por intermédio do Instituto Euvaldo Lodi, que prevê o desenvolvimento de projetos de "design" para 15 empresas calçadistas de Nova Serrana, sob a coordenação do estilista Ronaldo Fraga. A idéia é agregar valor aos nossos produtos. Acreditamos muito nessas iniciativas, e, com certeza, nossos produtos ganharão fôlego.

Devo repetir que a valorização fictícia do real diante do dólar, os juros nas alturas, a alta carga tributária e a concorrência desleal chinesa são os fatores que corrompem a nossa indústria calçadista.

Decorre disso um movimento incipiente, mas preocupante, que é a transferência de fábricas brasileiras para outros países. Para driblarem a crise, empresas brasileiras de calçados e também de confecções começam a contratar empresas na China ou até na Argentina para fabricar seus produtos.

Sapatos e roupas saem das fábricas no exterior com as etiquetas de marcas brasileiras direto para terceiros mercados. Muitas vezes esses produtos atendem também ao mercado interno brasileiro. Trata-se de uma maneira que as empresas encontraram para continuar competitivas e manter seus clientes no exterior e no País. Produzir na China, por exemplo, é de 30% a 40% mais barato que em qualquer outro lugar.

Também é preocupante a substituição da produção local por calçados importados da China, cujo impacto vem sendo sentido com mais profundidade desde o ano passado. Na tentativa de não perder mercado, fabricantes importam mais barato e passam a fornecer tanto para o mercado interno quanto para os mercados externos. É, de fato, uma situação alarmante.

Esse cenário remete à crise do setor após a desvalorização do real, em 1994 e 1995, quando a receita com exportação caiu de US\$1.900.000.000,00 em 1993 para US\$1.200.000.000,00 em 1995, provocando a perda de mais de 30 mil empregos. Mas agora temos a China como agravante.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Quería cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Constantemente V. Exa. tem tocado nesse assunto que, na verdade, mexe com toda a estrutura de uma cidade: a indústria de calçados de Nova Serrana. Parabéns!

Queria também aproveitar para, em nome do nosso partido, o PDT, apresentar nossas felicitações às mulheres mineiras pelo seu dia.

Vou citar dois fatos que mostram perfeitamente a busca dessas mulheres por melhores condições de vida. Uma mulher de Ibiracatu, que mora na zona rural, enviou-me uma carta mostrando a luta do seu dia-a-dia. Ela é mãe de sete filhos, e com 32 anos apenas. Seu esposo tem de ir todos os dias a cidades no Triângulo e no Estado de São Paulo em busca de emprego, principalmente em época de colheita, e ela tem de fazer milagres para manter sua família. Uma coisa interessante é que seu nome é Maria dos Anjos. Deixo aqui nossas homenagens a D. Maria dos Anjos, do Município de Ibiracatu. Queria prestar também minhas homenagens a uma Prefeita do Norte de Minas, da cidade de Riacho dos Machados, a Prefeita Domingas, que está aqui presente. Ela me mostrava a via-sacra que tem feito. Foi eleita Prefeita de um Município com 0,6 de FPM e herdou uma dívida de quase R\$8.000.000,00. Tudo no Município está inadimplente, sem as certidões negativas do INSS, todos os órgãos do Estado bloqueados pela inadimplência, o Siafi bloqueado, e ela vem lutando paulatinamente para trazer um mínimo de benefício para seu Município. Hoje mesmo ela está aí correndo atrás da Justiça e de projetos. Além dessa dívida de INSS, não tem nenhum carro para transporte escolar, sem nenhum programa com contas prestadas, e o seu antecessor, que era advogado, deixou o Município nessas circunstâncias.

Queremos que ela fique como exemplo da mulher trabalhadora, da mulher da política, da mulher que luta, procura espaço e faz das tripas coração, como se diz no Norte de Minas, para exercer com dignidade um cargo público de importância, como o de Prefeita.

Estava inscrito, mas, infelizmente, não terei tempo, portanto agradeço a V. Exa. a oportunidade de fazer estas duas homenagens: à Maria dos Anjos, em Ibiracatu, essa mãe-símbolo da luta, da resistência, da garra e da perseverança; e à Prefeita Domingas, de Riacho dos Machados, por sua esperança, pela guerreira que é e pela luta que empreende para trazer o mínimo de benefícios a seu pequeno Município, incrustado no Norte de Minas, o qual foi saqueado pela administração passada e ficou sem receber um centavo sequer. Ficou tudo bloqueado, a Copasa cortou a água, e a Cemig, a luz. As escolas ficaram sem poder funcionar por causa da falta de estradas e de veículos para o transporte dos alunos. Ela, entretanto, não desistiu. Estamos a seu lado, junto com o Governador Aécio Neves, para regularizar sua vida e para que ela possa mostrar a sua grande competência como Prefeita. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Cesar - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta, nosso colega de partido, o PDT. Faça minhas suas palavras quanto às mulheres de Minas e essas duas heróicas representantes do Norte de Minas.

Naquela época, a China não era competitiva no setor, portanto não era uma ameaça como competidora no mercado externo, e muito menos no mercado interno.

Muito bem. O Presidente Lula, até o momento, não cumpriu a promessa feita no dia 21/12/2005, quando disse aos empresários do segmento calçadista que auxiliaria as empresas do setor, que quer que o governo diga qual é a sua posição diante da situação, pois assim poderá tomar as decisões que melhor se apliquem ao negócio dos calçados. São decisões que passam pela opção de deixar de produzir e passar a importar ou de fabricar em outros países, como já vem ocorrendo por parte de algumas empresas.

É sabido que o governo federal não vai mexer no câmbio por causa de um único setor, mas ele precisa saber que haverá uma queda brutal na produção e na exportação, além de milhares de demissões. Entre elas, podem ter certeza, estarão milhares de mulheres trabalhadoras, que cada vez mais vêm conquistando espaço na indústria calçadista.

A essas mulheres, que, de uma forma ou de outra, lutam por melhores condições de vida, seja nas fábricas, seja no lar, seja no campo, seja em outro qualquer lugar deste país e do mundo, meus sinceros votos de felicidade, neste dia internacional dedicado a elas, hoje e sempre. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados que integram a Mesa que dirige os trabalhos, senhores da imprensa, senhores parlamentares presentes, senhoras e senhores, inicialmente, queria dizer, Sr. Presidente, que entendi o apelo de V. Exa. para que todos nós, inscritos nesta tarde, reduzíssemos o tempo regimental disponível ao orador inscrito a seguir.

Todo apelo deve ser avaliado, e o respeito aos que nos sucedem deve ser observado, portanto conseguirei reduzir o tempo de que disporia de 15 minutos.

Quero justificar minha presença nesta tribuna. Para estar aqui, deve haver sempre um motivo relevante, uma vez que se trata de um lugar de grande importância, que deve ser respeitado por nós, parlamentares, para merecer também da sociedade o respeito.

Tenho um objetivo esclarecedor. No início desta semana, jornais que circulam no Estado do Rio de Janeiro e em parte de Minas Gerais noticiaram que houve um desastre ecológico na Zona da Mata. O fato chegou a ser objeto de pronunciamentos e comentários nesta tribuna.

O episódio ocorreu com uma mineradora, no Município de Mirai, localizado na região da Zona da Mata mineira, que conheço muito bem, pois lá, por três vezes consecutivas, tive a mais expressiva votação. Mais que um compromisso, eu tenho com Mirai a responsabilidade de esclarecer qualquer fato que se refira à região.

Os jornais noticiaram que houve um desastre ecológico na região. Esse assunto ficou muito mais de fora para dentro do que de dentro para fora. Na região - Mirai, Muriaé, Patrocínio do Muriaé e Eugenópolis -, o comentário é o mais insignificante possível, pois o que houve foi um deslizamento de terra.

Sr. Presidente, trouxe um esclarecimento de diversas laudas da Feam, que poderia ser lido nesta tarde. Nele, explica-se tópico por tópico o que se passou nessa localidade; todavia, atendendo ao apelo de V.Exa., não farei a leitura, mas solicito que essas informações se tornem notas taquigráficas, integrando, assim, este pronunciamento.

A Feam tem tomado uma série de providências relativas à exploração de bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Após diversas intervenções entre a empresa mineradora e o órgão fiscalizador do Estado - Feam, chegou-se a um termo de ajustamento de conduta.

A fim de esclarecer sobre a atividade extrativista, lembro que participam de uma concessão quatro elementos: quando se busca registrar qualquer parte do subsolo, a primeira autoridade procurada é o DNPM, órgão do governo federal; procura-se o proprietário do solo a fim de que permita o acesso à área a ser explorada; a Prefeitura deve manifestar-se sobre o interesse do Município em relação ao empreendimento; por

fim, chegamos à figura do Estado de Minas Gerais, a Feam, que concede a licença e fiscaliza, sendo precedida dos requisitos anteriores.

Não se trata de confronto entre a Situação e a Oposição, mas qualquer falha no setor não é responsabilidade única do governo de Minas, tampouco o é da Secretaria de Meio Ambiente: envolve o DNPM, quem cedeu o acesso à propriedade e a Prefeitura Municipal. Não vim denunciar ninguém. Pelo contrário, ressalto que não se pode transformar este momento num cavalo-de-batalha, fazendo o jogo do Estado do Rio de Janeiro, que muito admiro, pois é encantador pela sua beleza natural.

Dada a sua proximidade de Minas Gerais e sem ter a condição de Estado central, que é fiscalizado por todos que estão em seu entorno, o Rio de Janeiro é o último Estado entre o continente e o oceano. Portanto, ninguém fiscaliza seus desastres ambientais. Ele, por sua vez, passa para a história como verdadeiro inquisidor do que ocorre em Minas Gerais. Numa das notícias, chegou a dizer que Minas seria punida. Talvez o Rio de Janeiro esteja meio desequilibrado com o atual momento, com a instabilidade do governo. O Governador ou marido da Governadora se transforma em candidato à Presidência da República, e o Estado fica sem ninguém para representá-lo.

Debitar a Minas Gerais um fato ocorrido devido a um caso fortuito, talvez de força maior, seria uma leviandade.

A Mineradora Rio Pomba, sobre a qual recai o alarde do Estado do Rio de Janeiro atualmente, assina termo de ajustamento de conduta. Portanto os passos foram dados, as providências foram tomadas e as advertências foram feitas.

Relembro, sobretudo aos colegas da Oposição, a quem muito respeito, que tentar debitar ao governo de Minas Gerais a responsabilidade por esse episódio é uma leviandade, uma vez que quatro personagens participam: o DNPM, órgão do Ministério que autoriza o registro do subsolo; o proprietário rural, que autoriza o acesso ao local desejado; a Prefeitura Municipal, que se manifesta sobre a conveniência da instalação do empreendimento; e a Feam, que autoriza, licencia e tem obrigação de fiscalizar, como está fazendo.

Em nome do PPS, registro nossa homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Apesar de todas as avaliações estatísticas já feitas neste Plenário, mais significativo que os números é a influência e a importância que as mulheres têm no contexto da sociedade contemporânea.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre colega Sebastião Costa, gostaria de aproveitar a homenagem que V. Exa. faz ao Dia Internacional da Mulher para deixar registrado nos anais da Casa nossos cumprimentos a essas valorosas guerreiras - mulheres do nosso Brasil e do nosso Estado. Convivemos com elas diariamente e sabemos da sua força e do que representam no cenário mundial. Muitas transformações têm ocorrido graças ao trabalho que vêm desenvolvendo. No Parlamento não é diferente, pois nossas Deputadas são atuantes, trabalhadoras, lutadoras e têm representado as mulheres do nosso Estado, que hoje já são a maioria. Não digo isso apegando-me aos números, mas reconhecendo a grandeza dessas mulheres, sua força, o exercício do trabalho que prestam no dia-a-dia e a valorização que merecem. Este dia é um reconhecimento da luta que vêm travando ao longo de tantos anos, e seu espaço vem sendo reconhecido por todos cada vez mais.

Comungo com o pensamento de V. Exa. e dos demais oradores que nos antecederam e cumprimento todas as mulheres de Minas Gerais, parabenizando-as pelo excelente trabalho que têm prestado ao nosso Estado e a nossa nação. Parabéns a V. Exa. pela lembrança de um dia tão importante. Obrigado.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Agradeço ao Deputado Sebastião Costa. Prometo ser breve para que o próximo orador tenha oportunidade de falar, mas não posso deixar de homenagear as mulheres neste dia tão importante: o Dia Internacional da Mulher.

Hoje, pela manhã, realizamos na Copasa uma homenagem às mulheres da empresa. Essa homenagem foi muito bonita e contou com a presença maciça da mulher "copasiana".

Nesta oportunidade, quero apelar a V. Exa. Há um projeto de minha autoria, pronto para ser incluído na pauta do Plenário. Esse projeto se encontra em tramitação desde 2003 e até hoje não foi colocado em votação. Não conseguimos entender o porquê.

Como já disse, trata-se de um projeto pronto para ser votado, pois já passou por todas as comissões. Ele visa exatamente homenagear a mulher brasileira, com a entrega, no dia 8 de março, da Medalha Bárbara Heliodora.

Se Deus quiser, no próximo ano, neste dia, estaremos aqui comemorando os 150 anos daquele trágico acidente com as tecelãs, já com a Medalha Bárbara Heliodora formalmente criada nesta Casa, o que prestará justa homenagem à mulher mineira.

Peço a V. Exa. que se empenhe e inclua esse projeto na pauta, para que tenhamos condições de programar e implementar definitivamente a Medalha Bárbara Heliodora nesta Casa Legislativa. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, antes de concluir, agradeço a participação do Deputado Fábio Avelar. Acredito que, com a permissão da Presidência, consigamos transformar este momento da minha passagem por aqui em questão de ordem. Sei que ela deveria ter sido levantada noutro momento, mas eu a considero oportuna, pois a questão do projeto precisa ser definida. Entendo perfeitamente.

Quero fazer um comentário final. Faço-o para que nos seja permitido ter discernimento e lucidez quando ocorrerem episódios como os que aqui narrei. Para se ter uma idéia, criou-se a imagem de "turvidez" de uma água em Paraíba do Sul. Imaginem, em pleno tempo de chuva, depois de quase um mês de sol, é natural que a água tome uma cor diferente. Na verdade, o que me preocupa não é a "turvidez" da água e sim a "turvidez" daqueles que deveriam estar governando o Estado do Rio de Janeiro com dedicação e compromisso, sem querer transferir a outros a responsabilidade pelo que não fazem.

Portanto deixo aqui as nossas palavras e minha solicitação para que essas informações integrem o pronunciamento que acabo de fazer.

O Deputado Arlen Santiago\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputadas, Deputados, telespectadores da TV Assembléia, cumprimento todas as mulheres do Brasil, de Minas Gerais, lembrando-me da minha esposa, Laís, e das minhas filhas, Laisinha, Luísa e Lara. Em minha casa, são quatro valorosas pessoas do sexo que está sendo homenageado hoje.

Mas o que me traz a esta tribuna é o desejo, que acredito não ser apenas meu, mas de muitos de nós e de muitos cidadãos mineiros, de fazer justiça a um nome, a um grande mineiro, a Walfrido dos Mares Guia. Falo do homem, do empreendedor audacioso e arguto, do homem público sério, dedicado e competente; do Ministro que fez do nada um dos mais importantes e produtivos Ministérios do atual governo federal. É esse homem, de tantos serviços prestados ao Brasil, seja na iniciativa privada - como empresário que acreditou no sertão mineiro, implantando em Montes Claros uma indústria de tecnologia de ponta, única produtora de insulina da América Latina e do Hemisfério Sul, e que criou um pequeno cursinho vestibular e, com ele, construiu um grande complexo educacional -, seja no setor público - em que revolucionou a educação

pública mineira, deixando a Secretaria de Educação com reconhecimento até dos seus críticos iniciais -, que, agora, revoluciona e profissionaliza o setor do turismo nacional, transformado em uma das nossas mais importantes fonte de divisas.

Esse homem, senhores, é que querem colocar agora sob os holofotes para a execração pública. Sob qual acusação? A de ter colaborado com a campanha de um amigo e ex-companheiro de chapa de governo, o Senador Eduardo Azeredo. Difícil entender as razões de colocar sob suspeita alguém que assinou um cheque nominal para uma empresa e o depositou. Tudo registrado, perfeitamente identificado. Entender que pode haver uma irregularidade em uma operação como essa não é desrespeito apenas com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, mas com toda a classe política, com todos nós, simplesmente porque se lança suspeita sobre ela, apenas por envolver homem público. Quantos outros cheques assinados por empresários, profissionais liberais, cidadãos comuns foram depositados na conta dessa empresa? São todos suspeitos? Se Walfrido não fosse Ministro, fosse simplesmente um empresário bem-sucedido como, de fato, é, estaria agora sob suspeita, debaixo dos holofotes do denunciamento? Certamente não; está colocado ali apenas por ser um homem público.

Isso tem de acabar no Brasil. Não é possível que se continue a agredir um homem público, sério, apenas por ser um homem público. Que se puna com rigor os que tiveram desvio de conduta, inclusive aqueles que construíram sua carreira simplesmente às custas do denunciamento, mas que se preservem os homens sérios, bem-intencionados deste país. Atitudes assim só afastam os homens da vida pública, abrindo espaço para quem dela quer-se aproveitar. Não tentem arrastar para a lama, onde muitos - inclusive alguns que se postavam como vestais, detentores do monopólio da honestidade - chafurdam, alguém que só tem compromisso de ajudar o Brasil.

Walfrido não tem de provar nada. Quem tenta lançar dúvidas sobre ele, sim, precisa antes explicar que sinais de irregularidade pode haver em uma operação que seguiu todas as normas legais. O Brasil não tem o direito de queimar os seus melhores quadros; ao contrário, precisa preservar suas lideranças.

E Walfrido é uma das lideranças nacionais de maior expressividade, um grande nome do PTB para o Brasil. Deixem Walfrido em paz. O País precisa dele.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Presidente Rêmoló Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, especialmente às mulheres de Minas Gerais, em nome do Bloco PT-PCdoB, rendo a nossa homenagem, renovada a cada dia pela força, garra, emancipação, libertação, enfim, por tudo o que a mulher mineira e brasileira conquistaram nas últimas décadas e nos últimos anos. Com carinho especial às nossas colegas Deputadas desta Assembléia, gostaria de homenageá-las na pessoa da nossa querida amiga, ex-Deputada e atual Prefeita de Contagem, Marília Campos. Trata-se de pessoa digna, séria, merecedora de toda a nossa confiança pessoal e política, que tem feito grande esforço para bem governar a importante cidade de Contagem. Então, em nome do bloco e na pessoa da Deputada Marília Campos, transmito os nossos cumprimentos a todas as mulheres guerreiras de Minas Gerais.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Deputado André, compartilho da sua solidariedade com a ex-Deputada e atual Prefeita Marília Campos, quem conheço muito bem. É uma pessoa íntegra e de lisura fenomenal. Conheço onde ela mora e a sua história de vida. É uma sindicalista. Jamais seria capaz de se enquadrar nas palavras proferidas desta tribuna por outro Deputado. Então, sou solidário com V. Exa. Quanto a personalidade, ética, lisura da companheira Marília Campos.

Quanto ao assunto do contrato, abordado aqui, conheci de perto a situação caótica que Marília Campos encontrou ao receber a Prefeitura de Contagem. E, quando há caos, é fácil fazer corrupção. E era isso o que existia lá antes, no governo do PSDB. Agora ela está arrumando a casa, implantando computadores, informatizando a Prefeitura, onde não havia sequer um computador para um Secretário trabalhar. Fez um contrato com a Cobra, cujos 98% do capital pertencem ao Banco do Brasil, empresa pública. Tão logo surgiram essas questões levantadas há meses, a Prefeita pediu à controladoria interna do Município um levantamento de todo o contrato, e esta sugeriu a suspensão e o não-pagamento de qualquer serviço feito por essa empresa. Então, desde o dia 16 de janeiro, está suspenso todo tipo de serviço por ordem da controladoria. A própria Prefeitura está tomando providências em relação a quaisquer suspeita e contrato, enfim, a qualquer coisa que haja dentro de uma Prefeitura do tamanho da de Contagem.

Deputado André Quintão, ontem eu pretendia fazer um pronunciamento para falar de determinada empresa, pois temos de voltar a falar dessa questão. Devemos centrar nossas dúvidas no processo de privatização que o governo do PSDB fez em nosso país. Ou seja, vendeu o ouro e as riquezas da Nação. Agora, alguns Deputados alegam sua fama, dizem que muito fizeram quando estiveram à frente do Executivo.

Precisamos lembrar a privatização da Vale do Rio Doce. Li um artigo segundo o qual a Vale obteve um lucro de 67%. Esse percentual corresponde ao lucro de R\$10.024.000.000,00 apenas no ano de 2005, ou seja, quase toda a capacidade de investimento que o governo federal do Presidente Lula tem para fazer no Brasil inteiro. Perguntamos: por que quiseram privatizar a Vale do Rio Doce e a Petrobras? Qual o objetivo do governo do PSDB quando entregou nosso ouro, a Vale do Rio Doce? Temos de aprofundar nessa questão. Aí, sim, pode existir muito a ser esclarecido. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Nem precisaríamos dispor de documentos, até porque a lisura do trabalho da companheira Marília é irrefutável.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte)\* - Aproveito o aparte ao pronunciamento de V. Exa. para homenagear as mulheres mineiras, tendo em vista sua história de luta e a importância que têm no cenário público e político mineiro. E faço essa homenagem na pessoa da Deputada Marília Campos, que é uma companheira espetacular e merece ser lembrada hoje, em virtude de tudo o que fez, da garra que tem, da história de luta e da lisura com que conduz as questões públicas.

Com certeza, ela dará resposta adequada às acusações que lhe foram feitas. É claro que ela não precisa da nossa defesa, mas, como hoje é o dia 8 de março e ela tem uma história de luta que representa bem as mulheres de Minas, faço-lhe esta homenagem.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado André Quintão, em primeiro lugar parabeno V. Exa. pelo período de Liderança. V. Exa. foi meu sucessor e agora será sucedido pelo Deputado Ricardo Duarte. Ao mesmo tempo em que homenageio V. Exa. pelo belíssimo trabalho realizado à frente do PT, desejo ao seu sucessor, Deputado Ricardo Duarte, que dê prosseguimento ao trabalho de unidade que a bancada tem feito junto a outros partidos, para que o Legislativo seja visto externamente de maneira positiva, o que é fundamental. Esse é o desejo de todos nós, parlamentares, e dos partidos políticos.

Nesta oportunidade, também faço uma homenagem às mulheres do Brasil, especialmente às de Minas Gerais, que são aguerridas, companheiras e têm um papel fundamental. Muitas delas militam na vida política, outras no movimento social e em casa. Um abraço especial para as mulheres! O dia 8 de março foi escolhido por tratar-se da data em que as mulheres receberam, nos Estados Unidos, uma repressão intensa. Várias trabalhadoras foram assassinadas por participarem de uma luta. Essa data traz a simbologia da luta das mulheres por igualdade social no nosso país e no mundo como um todo.

Assim é a nossa Prefeita de Contagem. O ataque não é à Marília, mas é um ataque que sempre é feito ao PT. O que a Marília faz em Contagem é sempre muito bem-visto. E os Deputados sabem disso. Seu trabalho é feito com muita clareza e transparência. Não há nada que coloque nenhuma dúvida sobre o que Marília vem fazendo em Contagem.

São denúncias vazias que não tendem a atingi-la. Denúncias vazias tendem a atingir o PT. Portanto, que a Marília não se sinta ofendida por isso, bem porque quem fez a ofensa não merece respeito. A ofensa é ao PT e, mais do que uma ofensa, na verdade é uma reação que temos visto de setores que são da elite ou têm cabeça de elite dominante. Esses jamais suportaram a existência do PT e muito menos a vitória do PT e o governo que o PT faz.

Nosso governo pode não ser perfeito - e jamais haverá um governo perfeito -, mas é um governo voltado para os pobres, para os trabalhadores, que modifica a estrutura do País e tem pontos de avanços fundamentais na relação com os mais pobres e despossuídos. O PT tem uma relação de respeito, sem arrogância e, principalmente, sem preconceito.

As falas, em geral, quando atacam o PT, são eivadas de preconceito. É exatamente isso que temos de combater. Considero esse mais um preconceito que se reveste contra a mulher que, talvez por ser mais frágil em sua formação, tenha de, no seu dia, receber ataque também de mais um preconceito. Que não é contra a Marília, mas contra as mulheres, o PT e os que lutam. É assim que compreendo que denúncias e palavras vazias não deveriam ser ditas no parlamento. porque no parlamento se requer a disputa, a luta política, e não a luta travada de maneira incorreta, que fere o decoro parlamentar.

Não. Esse ataque é um ataque ao PT. Mas não é um ataque que tenha fundamento. É, mais uma vez, cheio de preconceitos. Isso ocorre porque o PT reflete a vitória de um setor importante não apenas do PT, mas daqueles que lutam para que possamos ter em nossa vida cotidiana direitos adquiridos e conquistas que vêm do seio do movimento popular. Aqueles que não concordam e nunca concordaram com uma política mais justa e mais igualitária sempre fazem esse tipo de ataque.

O Presidente Lula já foi vítima diversas vezes disso, até aqui na Casa, por pessoas que não o compreenderam. Então, os mesmos que tentam fazer isso agora com a Prefeita Marília Campos já tentaram fazer o mesmo com o Lula, por ele ser operário e não ter um dedo. Infelizmente, Deputados, são preconceitos que ainda existem em nossa sociedade minoritariamente. Já foram maiores, mas têm sido derrotados pelo País afora.

E não será diferente em Minas Gerais. A derrota desses setores tem ocorrido com constância. E continuarão. É esse medo que faz com que a reação seja conservadora, reacionária e preconceituosa.

Nossa homenagem a Marília Campos e às mulheres. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Nessa linha de raciocínio, ontem eu estava inscrito pelo art. 70, mas, infelizmente, um Deputado da base do governo solicitou o encerramento, de plano, da reunião, quando eu iria refutar algumas afirmações de que o governo Lula teria desconstruído a rede de proteção social em Minas e que o governo Pimentel, em BH, investiria pouco na área social.

Hoje, lendo atentamente os números, entendi por que o Deputado da base do governo quis suspender a reunião da Assembléia Legislativa. Porque os dados são reveladores de quanto o governo federal investe - e muito - em Minas Gerais e de como a Prefeitura de Belo Horizonte investe muito mais, Deputada Elisa Costa, na assistência social do que o governo do Estado para todo o Estado.

Parafraseando o Deputado Alberto Pinto Coelho, contra fatos não há argumentos, registro que, em Minas Gerais, no ano de 2005, o governo Lula beneficiou 1.300.000 famílias por programas de transferência de renda. O total investido foi de R\$735.000.000,00.

Quanto aos programas de assistência social, foi dito que só há Bolsa-Família, e alerta a população de Minas que esse programa possui inimigos. Ontem, o programa sofreu várias críticas no Plenário; todavia, não é só no Bolsa-Família que o governo tem aplicado na área da assistência. O governo aplica no Agente Jovem, no Peti, no BBC, no Benefício de Prestação Continuada, no Sentinela, no Paif, no atendimento ao idoso, perfazendo um total de R\$943.000.000,00 em Minas Gerais. São 685 mil atendimentos.

O Ministério de Desenvolvimento Social também aplica um total de R\$69.000.000,00 em programas de segurança alimentar, atingindo 882 mil pessoas por ano. Muitos tentam apropriar-se do programa Leite é Vida, do Norte de Minas, um programa federal, programa do Ministro Patrús, do Presidente Lula, restaurantes populares, geração de emprego e renda.

O governo Lula investe R\$1.750.000.000,00 por ano em Minas Gerais. Que bom que o Presidente Lula dá a Minas o tratamento que merece, o que não ocorreu nos oito anos de governo Fernando Henrique! Sabe-se que 6.300.000 pessoas são atendidas pelos programas sociais.

Foi dito que o programa é assistencialista, e falo aqui como assistente social, um depoimento técnico. Bolsa-Família é direito de cidadania, é renda. O direito humano à alimentação não é assistencialismo, é uma imposição ética a uma sociedade que não pode ficar tranqüila vendo o seu semelhante passar fome. A renda média transferida para 1 milhão de famílias em Minas Gerais por aproximadamente R\$75,00 garante pelo menos as três refeições por dia.

Isso não é assistencialismo, é direito humano à alimentação, até porque o Ministério, em parceria com os Municípios, desenvolvem programas emancipatórios, o acompanhamento das condicionalidades, programas de inclusão produtiva, o que nunca foi feito no Brasil.

Estamos fazendo este debate porque não queremos que um revés eleitoral sirva para acabar com o Bolsa-Família. Parece que muitos querem isso na Assembléia e nos partidos que fazem oposição ao governo Lula.

Defendemos o Bolsa-Família. Defendemos 1 milhão de famílias mineiras que recebem o Bolsa-família. Belo Horizonte investe R\$67.000.000,00 na área de assistência social, 13% da população mineira. O governo do Estado investe R\$50.000.000,00, menos que a Prefeitura de Belo Horizonte. O governo do Estado investe muito pouco na área da assistência. Esse é um dado assustador. O governo estadual investe 0,2% do seu orçamento, enquanto Belo Horizonte investe 1,88%. A participação de recursos estaduais no orçamento de Belo Horizonte na área da assistência é ínfimo. Desculpem-me, Deputados e Deputadas da base do governo estadual, mas, nesse campo, não há comparação. Quem investe no social é o PT. Contra fatos, não há argumentos. Proporcionalmente, investe 9,4 vezes mais que a Prefeitura de Belo Horizonte investe na área da assistência social.

Ontem não me permitiram expressar o segundo ponto; porém, hoje, com a sensibilidade do Presidente Rômulo Aloise, tenho a possibilidade de falar sobre o acidente ambiental de Mirai.

Desta tribuna, o Deputado Miguel Martini disse que tudo estava resolvido e às mil maravilhas e que o Deputado Gil Pereira, parlamentar atuante do Norte de Minas, já havia solicitado as audiências públicas na região. Pois bem. Hoje, pela manhã, eu, o Sr. Antônio Maria Fortini, coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT -, e o Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, estivemos numa audiência com o Secretário José Carlos Carvalho. De maneira muito correta, o Secretário nos pediu desculpas, porque, em razão de erros que ocorrem no serviço público, a Feam não comunicou à Comissão de Participação Popular e de Meio Ambiente, que estariam marcando as audiências públicas para março. Em outubro de 2005, solicitamos a realização delas em cada uma das cidades onde há exploração de bauxita na Zona da Mata. Errar é humano e faz parte também da condição de serviço público. O erro foi reconhecido, e as audiências foram suspensas, até porque a Feam não tornou disponíveis os estudos de impacto ambiental para as entidades ambientalistas da região. Todos nós, defensores e militantes da área ambiental, sabemos que, para que a audiência pública seja realizada com antecedência, os participantes devem ter acesso a toda documentação.

Hoje fizemos um acordo. A Secretaria de Meio Ambiente, por meio da Feam, realizará em abril audiência pública em cada Município da Zona da Mata onde há exploração de bauxita. Passaremos um pente fino em cada processo de licenciamento ambiental. O Secretário disse que foi suspensa a atividade da Mineração Rio Pomba porque não havia relatório de auditoria técnica da barragem. Essa notícia foi divulgada hoje pela imprensa. Numa audiência da Assembléia Legislativa realizada em Rosário da Limeira, em 26/8/2005, essa barragem já se apresentava sujeita a vazamento e a acidente ambiental. Como disse ontem, essa é uma crônica do desastre ambiental anunciado. Isso foi dito na audiência pública e está nas notas taquigráficas daquele evento. Portanto, a Assembléia e as ONGs da região alertaram o governo do Estado, mas, infelizmente, o acidente ocorreu.

Esperamos que essas audiências públicas... O Secretário José Carlos determinou à Feam que exija e obrigue as empresas mineradoras a tornar disponíveis todos os estudos de impacto ambiental e todos os processos de licenciamento, para que as ONGs, tendo em mão as informações, participem das audiências públicas em cada Município. Isso é muito importante, porque Minas Gerais não pode ficar sujeita a desastres ambientais como esse que, infelizmente, ocorreu na região da Zona da Mata.

Gostaria de registrar que eu, o Deputado Laudelino Augusto e a CPT fomos muito bem recebidos pelo Secretário José Carlos, que reconheceu o erro da Feam. Ontem um Deputado falou como se tudo estivesse resolvido. Aliás, ele faz um excelente trabalho, mas, nessa questão específica, não estava acompanhando a Comissão de Participação Popular e de Meio Ambiente. Esse erro não mobilizou a região. Ninguém sabia dessas audiências públicas. Como realizar audiências públicas para tratar de licenciamento ambiental se as ONGs nem sequer tinham conhecimento da existência delas? Isso foi corrigido. Elas serão remarcadas para abril. Em razão da ausência do relatório técnico, as atividades foram suspensas.

Volto a repetir. Disse para o Secretário que é preciso acelerar o plano de manejo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, porque existem empreendimentos ambientais licenciados naquela área. Ele me assegurou que já contratou o estudo e que irá acelerá-lo, mesmo porque ele tem um grande compromisso com esse parque.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ocupei a tribuna hoje, mas nem queria tratar desses assuntos. Tratei porque, ontem, o Deputado Miguel Martini não me permitiu prestar esses esclarecimentos aqui. Isso faz parte do jogo de Plenário. É evidente que, quando não há quórum, todo Deputado tem essa prerrogativa, nós próprios podemos usar desse mecanismo. Em face disso, abordei esses assuntos, que consumiram quase metade do meu tempo.

Abordarei, agora, o ponto mais importante, qual seja a ação do Bloco PT-PCdoB nesta Casa.

Hoje, com muita alegria, comunico que, a partir desta data, depois deste pronunciamento, teremos, no Bloco PT-PCdoB, a liderança do nosso querido amigo Ricardo Duarte. Ele é o atual Vice-Líder do Bloco e foi escolhido, por unanimidade, como nosso novo Líder. O Bloco PT-PCdoB tem por princípio a adoção do rodízio. Achamos o rodízio mais democrático, até pela capacidade que todos os nossos Deputados e Deputadas têm de exercer Presidências de comissão, Lideranças, Vice-Lideranças. Assim, a escolha construída democraticamente, inclusive por unanimidade, recaiu sobre o Deputado Ricardo Duarte, que nos brindará com a sua liderança. Nessa linha, o nobre Deputado Jesus Lima assumirá a Liderança da Minoria.

Registramos aqui, também, o nosso reconhecimento ao trabalho do Líder da Minoria, Weliton Prado, que nos ajudou muito. Hoje, esse posto está sendo assumido pelo Deputado Jesus Lima, que tem uma larga experiência na vida pública, é uma pessoa de muita fibra e saberá conduzir também com muita determinação.

Aproveito a oportunidade para agradecer à Deputada Jô Moraes, que, conosco, sai do Colégio de Líderes. Atualmente, ela é a nossa Vice-Líder, nessa prática salutar do rodízio. Ela foi minha amiga na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ajudou-nos muito na condução desses trabalhos de liderança. Parece-me que o Líder, Deputado Ricardo Duarte, conversando com os demais Deputados da Bancada, deve indicar dois novos Vice-Líderes: a Deputada Elisa Costa e o Deputado Edson Rezende. São dois companheiros da maior dignidade.

O Bloco PT-PCdoB, nesses três anos, atuou de maneira unificada, de maneira muito presente nas comissões, nas audiências públicas e nos processos de Plenário. Agora, com muita maturidade e tranquilidade, faz a transição.

Muitos dizem que o PT é muito dividido e cheio de tendências. Aqui na Assembléia, há unidade na ação, respeito entre os colegas. Não é por outro motivo que chegamos a esse processo, agregando novas experiências e histórias de vida para os cargos de liderança.

Agradeço ao Deputado Ricardo Duarte por sua solidária contribuição no exercício desse período de liderança.

Antes de conceder um aparte ao nosso Líder da Minoria, Deputado Jesus Lima, quero dizer que aprendi muito nesses 13 meses de exercício da Liderança do Bloco PT-PCdoB.

Apesar da sua ausência, queria fazer também um agradecimento ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, com quem mantivemos o melhor relacionamento institucional, com posições diferentes, mas sempre de maneira respeitosa. Agradeço também ao Presidente da Assembléia, à Mesa Diretora, harmonizadora dos consensos necessários à agilidade da vida legislativa; aos companheiros e companheiras de bancada, a todos os Deputados e Deputadas. O ano de 2005 não foi fácil, foi o ano da maior crise que o PT viveu na sua história, ano de eleições internas do partido, foi o ano em que o PT teve uma divisão grave na escolha do Presidente da Câmara dos Deputados, mas na Assembléia, conseguimos, com muita maturidade, ultrapassar todos esses episódios com harmonia e união. Queria agradecer também à assessoria coletiva, que, por tradição, orienta-nos em Plenário, e à assessoria da Maioria, possibilitadora dos acordos, dos debates políticos, ainda que, como disse, em posições diferentes. Queria registrar que 2005 foi um ano de muita ação legislativa na Assembléia. O Bloco PT-PCdoB teve uma grande vitória ao fazer com que o governo do Estado encaminhasse planos de carreira, tabelas salariais, negociasse avanços no interior dos projetos. Hoje, praticamente todo o funcionalismo tem plano de carreira e tabela salarial, em virtude, principalmente, da organização dos trabalhadores e do papel decisivo do Bloco PT-PCdoB, que teve a oportunidade de liderar. Projetos importantes tiveram a nossa participação. Poderia citar aqui o Fundomac. Nós, do Bloco PT-PCdoB, apresentamos uma emenda beneficiando os Municípios, estendendo o prazo de liquidação do financiamento para aquisição das máquinas para o desenvolvimento. O Bloco PT-PCdoB ajudou muito a aprovar os projetos de autorização de empréstimos que está viabilizando o Pró-Acesso, ligação asfáltica de 224 Municípios mineiros, fizemos audiências públicas, adotamos uma postura de oposição responsável e construtiva. Quando chega um projeto de interesse do Município, de interesse do

mineiro, a Oposição melhora o projeto eliminando o que tem de ruim e ajudando na sua aprovação, até mesmo dando quórum sempre que necessário. Foi assim que a nossa Oposição se constituiu. Com nossa participação no PPAG, conseguimos ampliar as minguadas verbas que o Estado destina para a assistência social em mais de R\$4.600.000,00, ação da sociedade organizada com o Bloco PT-PCdoB, principalmente através da Comissão de Participação Popular, que tive a honra de presidir e hoje integro, sob a condução da Deputada Maria Tereza Lara. Foi um ano muito importante.

A Assembléia, no seu conjunto, esgotou a sua pauta, e não precisamos de convocações extraordinárias graças a uma linha de entendimento entre a base do governo e a Oposição, votando contra aqueles projetos em que não havia acordo, em que verificávamos que o interesse público não estava sendo priorizado. Tivemos uma postura muito ativa. Foram 13 meses de muito trabalho. Aprendi muito e acredito que também dei minha melhor energia nesse período, dedicando integralmente minha jornada de trabalho ao exercício da Liderança, 13, 14, 15 horas por dia, porque liderar uma bancada e um bloco tão representativo como o PT-PCdoB, principalmente como somos, governo federal, não é tarefa das mais fáceis.

Mas confesso que fiquei muito feliz pela solidariedade dos colegas e também dos Deputados e Deputadas da base de governo. Graças a Deus, nesse período, conseguimos exercer a liderança com determinação, cumprindo nosso papel de Oposição responsável, mantendo e preservando o diálogo, as relações pessoais com Deputados e Deputadas de todos os partidos.

Fiz e tenho hoje, graças a Deus, nesta Casa, várias amizades em outros partidos, pois esta é a Casa da construção política, dos consensos. Essa é a natureza do Poder Legislativo.

Quero também fazer uma homenagem aos servidores da Assembléia. Nós não existimos, do ponto de vista do trabalho legislativo, sem esse apoio técnico, sem o suporte que a Diretoria do Legislativo e todas as áreas, para não mencionar uma a uma, realizam, com muita competência, para todos nós, Deputados e Deputadas, principalmente, para as Lideranças, que precisam desse apoio.

Deputado Ricardo, Deputado Jésus Lima, Deputada Maria Olívia, Deputado Edson Rezende, quero desejar-lhes uma renovação. É muito bom que um bloco possa renovar suas Lideranças, mantendo - ou até avançando - a qualidade dos trabalhos prestados.

Agradeço ao Deputado Rogério Correia, nosso representante na Mesa, a quem tive a honra de suceder. Nosso Colégio de Líderes funcionou de maneira muito efetiva, e espero que, neste ano, ano fundamental, possamos dar continuidade aos trabalhos e avançar neles.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)\* - Deputado André Quintão, parabênizo a atuação de V. Exa. à frente de nossa Bancada nesse período. V. Exa. tem ouvidos para escutar. Parabênizo também o Deputado Weliton Prado, que desempenhou muito bem o papel de Liderança da Oposição.

Aproveito o momento para falar sobre uma crítica injusta feita ontem ao Prefeito, que é reconhecido como um dos melhores do Brasil e da América Latina. O Prefeito não é bom quando faz uma política atrasada, clientelista, como a maioria dos Prefeitos deste país, a política de ajudar os mais próximos. Assim, aqueles que não participam muito do dia-a-dia ficam alijados do poder público.

Uma Prefeitura, um governo estadual e o governo federal devem cuidar daqueles que não têm acesso, ou seja, um bom governo, um bom Prefeito é aquele que cuida dos mais necessitados, dos enfermos, das crianças, dos velhos, das mulheres - hoje mesmo houve uma cerimônia muito bonita no Teatro Marília - e do lixo de sua cidade, como é o caso do nosso Prefeito Fernando Pimentel, que cuida muito bem de tudo isso.

É bom ressaltar que alguns aqui, para depreciar o trabalho da limpeza feita na cidade, chamam o aterro de "lixão". Entretanto o nome "lixão" cabe quando lá vemos urubus, ratos, baratas. Quando o lixo é tratado com as técnicas necessárias, como aconteceu no aterro que, como Prefeito de Betim, administrei e como acontece no de Belo Horizonte, essa denominação não é correta. Quem chegar lá não verá ratos e urubus, mas um aterro sanitário que não incomoda as pessoas que vivem por perto.

Uma empresa grande pesquisou vários aterros sanitários em diferentes Capitais e verificou que o melhor aterro sanitário para ter o crédito de carbono requisitado pelo Protocolo de Kyoto é o de Belo Horizonte. Faço essa referência porque esta cidade está contribuindo com o meio ambiente para que possamos ter um mundo melhor onde viver.

Parabênizo o Prefeito Fernando Pimentel, que não merece as críticas injustas feitas aqui ontem.

O Deputado André Quintão - Obrigado, Deputado Jésus Lima. Este é um ano importante. Temos uma pauta legislativa estratégica. Ainda no primeiro semestre, votaremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Há projetos relacionados à questão salarial dos servidores, o trabalho incessante das comissões permanentes e questões pendentes - remuneração da Defensoria Pública e do Ministério Público, parceiro estratégico na construção da cidadania em Minas Gerais. Esses assuntos terão a maior atenção do Bloco PT-PCdoB, como ocorre ao longo dos anos.

Nobres Deputados e Deputadas do Bloco, buscamos honrar a confiança depositada. Agradecemos todas as solicitações para continuarmos à frente da liderança, conforme pedido unânime. Porém, por entendermos que a prática do rodízio é a mais adequada e por termos em nossos quadros uma Liderança do porte da do Deputado Ricardo Duarte, nada mais salutar que promover a diversidade de estilos na condução da Liderança do Bloco PT-PCdoB.

Sr. Presidente, obrigado. Não pedirei o encerramento de plano, pois algum Deputado da base do governo poderá fazer questionamento. Isso é mais democrático, e não serei incoerente solicitando o encerramento da sessão como fizeram comigo ontem. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Faço as mesmas saudações ao nosso caríssimo Deputado Bonifácio Mourão, referência maior deste Parlamento mineiro. A Assembléia tem a honra maior de tê-lo nos livros da sua história e de nossa constituinte. Saúdo o querido amigo Deputado e Prefeito Bonifácio Mourão, e também nossos Deputados, assessores e todos que aqui se encontram nesta tarde do Dia Internacional da Mulher.

Minhas primeiras palavras são de efusivas felicitações a todas as mulheres mineiras, guerreiras incansáveis, sonhadoras, mães, mulheres solteiras e todas que, desde sua infância até hoje, vêm prestando relevantes serviços à sociedade e ao Brasil.

Peço licença para cumprimentar as queridas e incansáveis servidoras de meu gabinete, que dão sustentação efetiva e corajosa a este Deputado. Ao saudá-las, externo a todas as mulheres de Minas, do Brasil e do mundo o meu respeito e minha consideração.

Sr. Presidente, esta reunião foi iniciada com a palavra do ilustre Deputado Paulo Cesar, que, ao ocupar esta tribuna, sempre defende sua região

e, particularmente, o setor calçadista. Por meio da sua dedicação e do seu espírito aguerrido à causa da sua região, que hoje, sem dúvida, é uma das maiores representações do setor calçadista do Estado, ele, como eu, tem o mesmo ideal para o Sul de Minas: gerar empregos e garantir a sustentabilidade de nossas regiões, aproveitando o que melhor sabem fazer.

O Deputado abordou um assunto importante: a permanência do mercado chinês não somente em Minas, mas em todo o Brasil. Desde que aqui cheguei, em 1999, sempre que ocupo esta tribuna venho para defender com muita dedicação o nosso setor do circuito das malhas, da minha querida Ouro Fino, de Borda da Mata, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião e de todas as cidades que integram esse circuito, que, com respeito, vêm dando sustentabilidade à produção, gerando emprego e renda e participando do grande desenvolvimento da nossa região e do nosso Estado.

Como o Deputado Paulo Cesar, que enfrenta grande trabalho no setor calçadista, nós também estamos enfrentando muitas dificuldades que, no dia-a-dia, são apresentadas a todos os nossos empresários do setor têxtil e do setor que gera milhares de empregos no Sul de Minas, o circuito das malhas.

Quero agradecer aos meus caríssimos pares a aprovação da emenda que reduziu a carga tributária do setor têxtil de 18% para 12%, redução destinada exclusivamente ao consumidor, e que era reivindicada há vários anos. Essa emenda foi resultante do Projeto de Lei nº 1.331, convertida em lei e sancionada pelo nosso Governador. Essa redução de 6% vem propiciando à nossa região Sul mineira grande e melhor desenvolvimento.

Vencemos essa etapa, com a redução de ICMS. Posteriormente tivemos o enfrentamento do setor têxtil da China. Peço licença a todos para reproduzir o que trata o jornal "O Comércio", informativo de Minas Gerais, na edição de março, pág. 3, que aborda o acordo têxtil com a China.

Destaco que apenas a redução do ICMS era o fator primordial. Fomos também a Brasília discutir com a Federação e o governo federal a sustentabilidade da exportação, que estava fazendo aflorar todas as nossas divisas.

Portanto, peço licença para ler a notícia: "Os chineses aceitaram reduzir as exportações de 70 itens de produtos têxteis para o Brasil durante dois anos. O acordo foi fechado e a reunião realizada em Pequim, comandada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Exterior. Caberá ao Brasil o controle das operações, ficando a China com a cooperação necessária.

Entendimento nesse sentido já foi feito anteriormente pela China com os Estados Unidos e a União Européia, ambos com percentual mais baixo: 45,8% com os americanos e somente 30% com os europeus, contra os 60% dos brasileiros.

No encontro, foram estabelecidos percentuais limites de aumento nas importações brasileiras de têxteis chineses, que vão crescendo anualmente, até dezembro de 2008, quando o comércio ficará totalmente livre.

Como o Governador Aécio Neves editou decreto que reduz no Estado o ICMS de vários produtos básicos, o empresário do setor têxtil teve dois incentivos. Durante a tramitação da matéria, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, do PSDB, apresentou emenda sugerindo que fosse reduzida, de 18% para 12%, a alíquota incidente sobre os fios têxteis e linhas de costura. A emenda do Deputado foi aprovada, e, com a edição do decreto, o setor têxtil de vestiário e confecção ganha importante incentivo, pois o produto mineiro torna-se muito mais competitivo, o que se reflete imediatamente nos preços praticados pelo comércio, que também é o maior beneficiado com a medida.

A iniciativa foi de várias entidades do setor, como o Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuário e Armário de Belo Horizonte, presidido por Lúcio Emílio de Faria, também Diretor do Fecomércio, que afirmou: "Não podemos nos esquecer também da participação de Fausto Sebastião Isaac e de todos os colegas do ramo, pois estivemos sempre buscando soluções".

Essa, sem dúvida alguma, é uma alegria muito importante para Minas. O Governador, com a sua extraordinária sensibilidade, faz de Minas o melhor Estado para se investir, indo ao encontro dos interesses dos empresários do setor têxtil e proporcionando, com facilidade, a celebração do acordo têxtil com a China. É importante, caríssimo Deputado João Leite, afirmar a todos que, tão logo, com a edição do decreto, e a China tomando conhecimento de que Minas estava reduzindo a sua carga tributária, houve um facilitador para a celebração desse acordo, o que fez com que o nosso empresariado, particularmente em nossa região, pudesse ter mais fôlego e condições de trabalho.

Neste momento, a carga tributária está reduzida, graças a esse projeto extraordinário do nosso Governador e à nossa emenda, que foi aprovada com o auxílio dos Deputados Rêmol, Fábio, de V. Exa. e de outros Deputados desta Casa, por unanimidade. Tenho a certeza absoluta de que o Sul de Minas prosperará muito, como também Divinópolis, Belo Horizonte e todo o Estado, que detém o setor têxtil de produção de malhas para confecção. Trata-se de uma notícia que nos enche de alegria, fazendo com que a China se renda também. Minas entendeu bem a convocação dos empresários.

Quero destacar a participação da nossa Secretaria, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que conduziu todo o processo, e de todos os que ajudaram a entender a nossa emenda.

Caríssimo Presidente, Deputado Rêmol Aloise, é muito importante dizer que ao projeto que aqui discutimos, do Governador, foram apresentadas várias emendas. Uma delas foi o setor têxtil; outra, o setor cerâmico. Hoje há três indústrias cerâmicas em Andradas, considerada uma das cidades que mais crescem no Sul de Minas. Tenho o prazer e a honra de ser o representante desse Município nesta Casa.

Conseguimos também reduzir a carga dos lavatórios. O projeto original só se referia às bacias sanitárias. E, para o Sul de Minas, para Minas e para o Brasil, houve outra emenda para reduzir a carga tributária do sabonete. A Higident, em Itajubá, produz 5.700.000 unidades por mês e, em 90 dias, produzirá 7 milhões de unidades, garantindo e gerando, assim, mais empregos.

Caríssimo Deputado João Leite, isso é muito importante, pois são ações fundamentais. E nós, parlamentares, sempre somos ouvidos. Todas as vezes que aqui, nesta tribuna, defendemos as nossas regiões, buscamos divisas, empregos, encontramos, na caixa de ressonância, a interpretação do sentimento maior, o desenvolvimento, a produtividade de Minas para o Brasil.

Com muita honra, caríssimo Deputado João Leite, ouço V. Exa., por quem tenho o maior carinho e respeito e com quem tenho muito aprendido.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro, V. Exa. é conhecedor do meu respeito e da minha admiração por V. Exa. Desde que aqui chegou, demonstra espírito de empreendedor, que não aceitar atrasos, muito encontrado no povo do Sul de Minas. E é esse mesmo espírito que V. Exa. transmite a todos nós, colegas na Assembléia Legislativa, e é assim que tem conseguido tanto sucesso, especialmente ao fazer com que o Sul de Minas seja ouvido. Temos acompanhado o desenvolvimento e reconhecemos a importância dessa região não apenas para o Estado de Minas Gerais, como também para o nosso país.



Congratulo-me com V. Exa. por tudo que tem acontecido, neste momento. Em Minas Gerais está havendo espaço para crescimento das atividades que geram para o nosso país riquezas e empregos, atividades e políticas libertadoras para o nosso povo. V. Exa. está totalmente engajado nesse trabalho. Reconheço a sua importância nesta Casa, provido de sensibilidade e objetivando, permanentemente, buscar o desenvolvimento do Sul de Minas, do nosso Estado e do nosso país.

Quero aproveitar o aparte, mesmo porque o generoso Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, concedeu-lhe o dobro do tempo. Portanto, ao tempo marcado no painel do Plenário, são acrescidos 30 minutos. Conto com a boa-vontade de V. Exa., apesar de estar ciente de que outros colegas vão apartear-lo, dada a importância do seu pronunciamento. No espírito que reconhecemos no Governador Aécio Neves, como também no governo de Minas, gostaria de dizer que, hoje à tarde, ouvimos algumas questões abordadas especialmente pela Oposição ao governo do Estado. Gostaria de tratar um pouco da questão do entorno da Serra do Brigadeiro, onde lamentavelmente ocorreu um acidente ambiental. Deputado Dalmo, sabemos que quem concede a licença é o DNPM, o governo federal. Neste momento, no entorno da Serra há 42 áreas possuidoras de título minerário, concedido pelo governo federal, das quais 24 iniciaram o processo de licenciamento.

É interessante dizer isso ao telespectador da TV Assembléia e discutir com os demais Deputados, porque tudo agora pesa sobre os ombros do governo, com seus técnicos.

Votamos aqui os planos de carreira e uma reforma da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. O governo de Minas tem de arcar com todos os custos do acompanhamento e licenciamento. Esses títulos foram entregues pelo DNPM. É importante dizer isso porque é dessa maneira que tudo funciona. A Constituição, o legislador, o constituinte pensou o Estado dessa maneira.

O Deputado Miguel Martini acompanha esse processo e sabe que, apesar de o licenciamento ser federal, o Estado é que arca com o custo para acompanhar tudo. De alguma forma, ele é responsabilizado, como já o foi. No entanto, vimos como o governo de Minas atuou. Recebeu a Oposição e tomou as devidas atitudes. Tentaram falar com o Secretário José Carlos Carvalho e com o Presidente da Feam, que já estavam no local do acidente tomando as providências.

Essas comparações não são boas. Não se trata de responsabilidade dos Municípios, que até podem atuar no acompanhamento, na fiscalização da extração mineral, mas essa é uma obrigação do Estado. Sabe-se que a segurança pública é uma obrigação do Estado e do governo federal. Da mesma forma, é responsabilidade dos Municípios a assistência social. Estou tendo cuidado e vou demonstrar - mas não o farei hoje - quanto os Municípios investem na assistência social, visto que é uma responsabilidade deles. Por isso, não se trata de comparar investimento na assistência social por parte do Estado com investimento dos Municípios.

O Deputado Miguel Martini acompanha essa questão e falará sobre ela. É importante que o telespectador da TV Assembléia, enfim, o povo mineiro seja informado sobre esse assunto. Caso contrário, parece que o governo do Estado não investiu nada na assistência social. Na verdade, investiu muito, já que é um co-financiador, um fiscalizador da ação da assistência social.

Devolvo a palavra a V. Exa., pois sei que o Deputado Miguel Martini também quer contribuir. Quero participar desse debate, visto que o tempo foi corrigido, motivo pelo qual agradecemos ao Presidente Rêmolo Aloise.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - É enriquecedor fazermos um debate com os que quiseram somar-se a nós.

Pretendo fazer algumas correções. Durante o pronunciamento do Deputado André Quintão, eu não estava no Plenário, pois cuidava de outro assunto. Quando cheguei, ele já havia terminado. Todavia, fui informado de que ele disse que afirmei ser bolsa-assistencialismo. O que eu disse é que a CNBB, por meio de seu Presidente, afirmou que as bolsas geram dependência e não libertação. Isso está na mídia. Ele é um profissional da área de assistência social e deve conhecer a Loas.

Vejamos o que os Municípios farão, de acordo com o art. 23: "Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei".

Deputado João Leite, o art. 25 diz: "Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico e social nos grupos populares nos campos subsidiados financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão, para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida e preservação do meio ambiente e sua organização social".

É isso o que a CNBB disse. Ela não está falando com desconhecimento da Loas, que tem bons assessores.

O Deputado João Leite deve ter os números. O governo federal jogou de 90% a 95% de todos os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social nas bolsas. Essa é a crítica que a CNBB faz. Era o dinheiro da bolsa que dá R\$80,00. Isso desestimula e não apóia a produção, a geração de renda, a produção de emprego e o resgate da dignidade da pessoa humana. O trabalho faz parte disso.

Todos precisamos nos sentir úteis e com condições de desenvolver nossas habilidades, aptidões e dons. Segundo o art. 25 da Loas, cabe ao Estado fazer isso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Não sou eu quem disse, estou apenas repassando o questionamento feito pela CNBB, que nos transmitiu isso por meio de seu Presidente.

A CNBB está dizendo que o governo deve investir na geração de emprego em caráter emergencial - e admitimos isso como a Loas. Porém, é preciso, além de dar o peixe, que se ensine a pescar. Esses recursos, tanto da Prefeitura de Belo Horizonte quanto do governo federal, são mínimos. O Deputado João Leite, que já foi Secretário, pode informar quanto o FAT, que gera emprego, destinou.

O Deputado João Leite (em aparte) - Se o Deputado Dalmo Ribeiro Silva me permite, no primeiro ano do governo do PT, foram destinados R\$50.000.000,00 do FAT. No último ano do governo Fernando Henrique, foram destinados R\$500.000.000,00 para a capacitação profissional.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado. É essa a diferença. Sobre aqueles recursos que são destinados a capacitar, incentivar a produção e agregar valor ao produto que é produzido, isso é o que se diz aqui. Capacitação que garanta meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência e elevação do padrão de qualidade de vida.

O Deputado André Quintão, que conhece o art. 25 da Loas, sabe que a crítica se refere a essa questão. A CNBB não desconhece a matéria. E não falaria sem fundamento. Os dados são esses. Infelizmente aquilo que deveria ser de caráter emergencial virou permanente. O que acontece então? Isso desestimula o trabalho, a produção e o ser humano de sentir-se digno. Trabalhar é sinônimo de dignidade. Todos querem sentir-se dignos.

A lei, em seu início, estabelece que aqueles que têm deficiência física e não conseguem manter a si e a suas famílias devem receber um salário mínimo. Nesses casos, o Estado é obrigado a dar o auxílio. Mas aqueles que podem trabalhar devem receber qualificação, apoio e condições para geração de renda e emprego.

O Everardo Maciel disse que não se deve fazer o que se faz agora. A demagogia para dizer que apenas irá gerar 1 milhão de empregos. Não, trata-se de empregos que já existem e estão sendo ocupados, e apenas virão para a formalidade a fim de gerar estatística e dizer que gerou mais de 1 milhão de empregos.

Se queremos melhorar o País, temos de tratar as questões públicas com seriedade, e não com demagogia e com discursos vazios.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, concordo com o Deputado Miguel Martini. Aliás, a Norma de Operação Básica - NOB - trata desse tema. É responsabilidade dos Municípios, pois são eles que estão próximos das famílias vulnerabilizadas. Na assistência social, os Municípios têm gestão plena e recebem recursos diretos da União. Por isso, comparar o investimento de um Estado em assistência social com um Município é a mesma coisa que comparar investimento na segurança pública com investimento que o Município faz. Portanto, é importante alertarmos os Deputados desta Casa quanto a essa questão.

Cederei meu espaço ao Deputado Fábio Avelar porque fomos atacados hoje. Foi dito que há um sentimento contra a maneira como o governo federal está tratando a questão da assistência social. Quanto a essa questão, temos reparos a fazer. Com todo o respeito, entendemos que a rede de proteção social foi esquecida, e isso é muito grave. Havia uma estrutura de proteção social que era composta pelas Apaes e pelas creches. Como a educação infantil é muito importante para as crianças, entendemos que o Fundo Nacional de Assistência Social tinha de financiar essa rede de proteção social.

O sentimento que tive nesta tarde é que quem não concorda é retrógrado. Quanto ao assunto que foi tratado ontem, não foi abordada a nossa posição. V. Exa. abordou um documento da CNBB. Passou o sentimento da CNBB, e a reação a esse documento foi muito dura, o que não ajuda a construção.

Ontem, eu e o Deputado Fábio Avelar discutimos o lixão de Belo Horizonte, tema estudado pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Fomos lá para nos inteirarmos da situação, uma vez que fomos convocados pela população do Pindorama e do entorno. Fomos lá, pois é nossa obrigação.

Há os ambientalistas da base e os ambientalistas da Oposição. Nem sabia que havia essa classificação. Não sinto que haja essa divisão na Assembléia Legislativa. O Deputado Laudelino Augusto, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, sempre presente e atento a todas as questões do Estado, faz um trabalho maravilhoso. Acredito que essa comissão obteve uma vitória com a criação da Estação Ecológica do Cercadinho. Não pertence à base do governo nem à Oposição. Tampouco pertence à ambientalista do Green Peace, que se manifestou pedindo a Deus para salvar a Amazônia durante a passagem de nosso Presidente em Londres. Houve ataques, mas não atacaremos ninguém.

O líder comunitário do Bairro Pindorama afirmou que torce pelo fim do aterro. Ele mora nesse bairro há 43 anos, 12 a menos da data da instalação do lixão. Ele ainda afirma que onde era o lixão era uma fazenda com lagos, peixes, bicas d'água e nascentes que compunham a bacia hidrográfica da Lagoa da Pampulha. Queremos saber como a Lagoa da Pampulha está acabando.

Está aqui, na história verbal contada por um líder comunitário, que diz: "Em 1975, desapropriaram as fazendas sob a alegação de que seriam colocados, naquele lugar, resíduos da construção civil e podas de árvores, mas acabou virando um lixão. Em 1993, a área deixou de ser aterro controlado para virar aterro sanitário". Ele disse também que a sua neta de 5 anos e o filho de 28 anos têm graves problemas respiratórios; que a incidência de doenças na região, como o câncer, é bem maior que em outras regiões de Belo Horizonte. E ainda disse: "Além disso, convivemos com ratanhas, mau cheiro, mosquitos e chorume. Quando chove, escorre aquela água imunda para a Lagoa da Pampulha. Todas as cisternas da região estão condenadas".

Deputados Miguel Martini e Dalmo Ribeiro Silva, eu e o Deputado Fábio Avelar fomos atacados como se estivéssemos contra a nossa cidade. Estamos a favor de Belo Horizonte. Temos uma Prefeitura já há 14 anos, não é possível que eles não conseguiram outro local para receber um aterro controlado. Essa é a discussão que promovemos. A crítica está apoiada em documentos.

O Deputado Fábio Avelar pode ajudar, e sei que também deseja apartear o Deputado Dalmo Ribeiro Silva nesta tarde. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado João Leite. Agradeço a sua intervenção e a do Deputado Miguel Martini. Antes de conceder o aparte ao Deputado Fábio Avelar, registro, com muita alegria, que o Sul de Minas está radiante e muito agradecido pelas ações extraordinárias do Governador Aécio Neves. Desde 2003, nesta Casa, promovemos gestões junto à Secretaria de Saúde, para a criação de outro departamento de saúde regional, desmembrando a agência de Pouso Alegre.

Deputado Miguel Martini, hoje a Dads de Pouso Alegre congrega mais de 80 Municípios somente nessa cidade. Isso é elementar. Hoje, o Prefeito de Marmelópolis, que fica muito mais distante de Itajubá, sai da sua cidade para buscar vacina em Pouso Alegre. Aliás, o asfalto já foi anunciado num processo pelo Governador. Sempre buscamos solução para descentralizar Pouso Alegre para Itajubá.

Na segunda-feira, o Secretário Marcus Pestana decidiu instalar, em 30 dias, o escritório regional de saúde em Itajubá, para atender a mais de 23 Municípios, descentralizando aqueles que pertencem à área de Pouso Alegre. É com muita alegria que lhe agradeço. Há muito tempo, encaminhamos esse projeto à Comissão de Saúde, ao governo do Estado e à Assembléia Legislativa, onde requerimentos foram aprovados. Agora vemos esse sonho de toda a população e dos nossos Prefeitos tornar-se realidade.

Há muito tempo, lutamos por dotar o nosso Consórcio de Saúde Intermunicipal de Itajubá. Sob a Presidência do Prefeito Sebastião Edicassio Raimundo, do Município de Conceição das Pedras, houve a entrega hoje de uma UTI móvel, como vários consórcios têm feito em várias cidades-pólos. Marcou-se para segunda-feira a entrega de uma ambulância UTI para o consórcio de saúde em Itajubá. Certamente, todos os Municípios sentirão segurança. Até agora, não havia uma segurança maior quanto à saúde.

Faço esse registro, caríssimo Deputado Fábio Avelar, dada a sensibilidade do nosso Governador, do nosso Secretário e de todos os operadores que buscam soluções melhores para a nossa saúde. É um momento importante que o Sul de Minas está vivendo, quer quanto à instalação da unidade móvel, o Cisma, quer quanto à descentralização da Dads. V. Exa. e o Deputado Rêmolô Aloise, desde o primeiro momento, participaram conosco dessa grande luta para essa instalação.

Consigno, então, aqui os nossos agradecimentos. Como dissemos em Itajubá, temos o momento de pedir e o de agradecer. Faço, publicamente, um agradecimento ao nosso Governador e ao Secretário Marcus Pestana, por essa extraordinária iniciativa, sonho maior de todos os nossos Municípios, que esperavam, havia longos anos, a descentralização e várias ações em favor da nossa saúde.

Vejo à nossa frente a querida Prefeita de Andradas, Margot Pioli, a quem, mais uma vez, quero renovar o meu apreço, a minha estima por tudo que tem feito em prol do nosso Município de Andradas. Parabéns-a também pelo Dia Internacional da Mulher. Sempre estarei a seu lado em favor do nosso querido povo de Andradas, a quem tenho o dever de representar nesta Casa.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, cumprimento V. Exa., inicialmente, pelos assuntos que traz à tribuna nesta tarde para todos nós. V. Exa. é um Deputado guerreiro, combativo, sempre defendendo a sua região e conseguindo, evidentemente, os recursos necessários para o seu desenvolvimento.

Cumprimento-o também por sua mensagem às mulheres neste dia em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Já o fizemos em aparte ao Deputado Sebastião Costa, mas não poderíamos deixar de, formalmente, desta tribuna, desejar muitas felicidades a todas as mulheres, nossas colaboradoras e nossas colegas. Cumprimento-as por meio de duas pessoas para mim muito caras: a minha esposa, Rosália, e a minha filha, Fabiana. Apesar de todas as dificuldades, é com uma satisfação muito grande que vemos, cada vez mais, uma presença marcante da mulher em todos os segmentos da sociedade.

Desta tribuna, também agradecemos ao Presidente Rêmoló Aloise, que me deu a notícia de que está solicitando a inclusão na pauta de projeto de minha autoria criando a Medalha Bárbara Heliodora, com o objetivo de homenagear as mulheres brasileiras no dia 8 de março. Desde já, agradeço-lhe a sensibilidade e conto com o apoio dos ilustres colegas para que esse nosso projeto seja aprovado em Plenário o mais rápido possível.

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva por dar-me a oportunidade de ocupar esta tribuna a fim de fazer alguns comentários sobre um assunto que nem comentaria nesta tarde, uma vez que tive a oportunidade de fazê-lo ontem. No entanto, em virtude de um posicionamento inoportuno, no meu entendimento, do Deputado Jésus Lima, senti-me na obrigação de vir aqui mais uma vez. Na realidade, tive a impressão de que, quando o escutava apartando o ilustre Deputado André Quintão, ele recebeu um telefonema que lhe pedia para defender o Prefeito, pois o tempo do Deputado André estava esgotando. O que demonstrou, na sua fala, foi uma total falta de conhecimento do assunto. Ele já foi Prefeito de Betim e, portanto, conhece bem a sua cidade. Aliás, lá há um sistema de coleta de lixo exemplar, que está servindo de referência para o Estado e para o País. Fiquei até com um sentimento de dó dele, pois demonstrou não possuir conhecimento nenhum sobre a região de Belo Horizonte. Se o pronunciamento fosse de pessoas que conhecem a região, como o Deputado Roberto Carvalho e a Vereadora Neusinha Santos, eu poderia lhe dar alguma credibilidade.

Faço essa citação porque esse assunto também está sendo debatido na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Falo com uma grande segurança porque tenho participado desse trabalho, há mais de um ano, e não me lembro de o Deputado Jésus Lima ter feito qualquer comentário ou ter participado de alguma audiência pública ou das reuniões na Câmara de Infra-Estrutura. Não o vi em nenhuma reunião na Câmara de Infra-Estrutura do Copam, no Copam, no Seam, em nenhuma audiência pública realizada nesta Assembléia Legislativa ou visita que fizemos ao aterro sanitário, com aquelas cobras quase nos mordendo. Não me lembro de ter visto o Deputado Jésus Lima em alguma dessas oportunidades, e vem aqui hoje defender, como se tivéssemos fazendo uma acusação leviana e irresponsável a um Prefeito que foi escolhido o 8º Prefeito do Brasil. Respeitamos o Prefeito Pimentel, tanto que fizemos questão, de dizer ontem, aqui desta tribuna, que acreditávamos que o Prefeito não tinha conhecimento do que o Secretário dele estava fazendo. Esse, sim, é um irresponsável. Conversava com um jurista amigo meu e pedi que analisasse a informação publicada no "Diário da Tarde", de ontem, quando o Secretário Murilo Valadares afirma que a Prefeitura de Belo Horizonte iniciará ampliação do local mesmo sem a licença da Feam, informação que, no meu entendimento, é leviana, irresponsável e inconsequente. Esse jurista, pessoa de uma competência extraordinária, dizia-me que nesse caso poderiam estar sendo cometidos no mínimo três crimes. Primeiro, crime de prevaricação, que é o não-atendimento a uma determinação estipulada; o outro crime seria o de desobediência, por não estar sendo respeitada uma determinação superior, uma determinação da Feam; o terceiro seria a plena ilicitude no cumprimento superior, podendo o Município sofrer uma ação civil pública, o que já está sendo preparado. É isso que comentávamos, essa agressão gratuita desse Secretário, que, nessa sua entrevista, faz uma agressão a dois parlamentares desta Casa, a mim e ao Deputado João Leite, e uma agressão gratuita ao ilustre Vereador Alexandre Gomes, quando diz também, de uma maneira bastante clara, que esse trabalho que estaria sendo feito estava sendo tratado com excesso de zelo por parte da Feam. Nunca vi isso na minha vida, porque ou se tem zelo ou não se tem. Ele fala no final da reportagem: "Existe excesso de zelo em relação à ampliação solicitada". Alega que todo esse trabalho e essa movimentação são resultado de uma pressão política minha, do Deputado João Leite e do Vereador Alexandre Gomes. Se o nosso trabalho foi entendido como pressão, não estou entendendo mais nada. Estamos apenas exercendo nossa atividade parlamentar e participando ativamente. Não estamos fazendo aqui nenhuma acusação leviana. Falo isso porque sou engenheiro civil, engenheiro sanitário e engenheiro de segurança. Fiquei assustado quando, numa das audiências públicas realizadas na Câmara de Infra-Estrutura, foi afirmado por um técnico de renome da Universidade de Viçosa que aquele talude do aterro não atende às exigências mínimas de segurança, podendo haver ali um deslizamento do talude. Isso é pressão política?

Quero deixar claro que estamos procurando aqui informar o cidadão. Quem ouvir a posição do Deputado Jésus Lima pensará que temos alguma questão pessoal contra o Prefeito, e não é nada disso.

Lerei um trecho do documento e peço ao Presidente que, depois, faça constar nos anais da Casa as atas de duas reuniões realizadas no Copam.

Essas não são palavras do Deputado Fábio Avelar, mas sim a decisão de uma câmara de infra-estrutura. Aliás, isso nos causa uma certa estranheza, pois o PT sempre defende a participação, os conselhos e as câmaras técnicas. Hoje mesmo, o Deputado André Quintão falou muito sobre a questão da tribuna. Porém, não conseguimos entender o porquê de o conselho não servir para nada quando não atende aos interesses do PT.

Lerei a decisão do Conselho de Infra-Estrutura, que é composto por representantes de diversos segmentos da sociedade. Lerei a ata da reunião realizada no dia 9/12/2005. Deixarei uma cópia para os Deputados interessados no assunto, mas repito que gostaria que sua transcrição fosse feita na íntegra. (- Lê:)

"Item 3 - Processo Administrativo de Ampliação da Capacidade de Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos. Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), Belo Horizonte, Copam/PA 367/1996/003/2005. A Câmara de Atividades de Infra-Estrutura deliberou as seguintes medidas, todas por unanimidade, a respeito da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos - CTRS -, da BR-040, de responsabilidade da Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: 1 - baixado em diligência o presente processo, para aguardar a apresentação, pela Prefeitura, da complementação de informações técnicas, até 15/12/2005, para finalização da análise pela Feam da proposta de ampliação da CTRS da BR-040. Após concluída a análise, o processo deverá ser encaminhado à Câmara para deliberação".

Sr. Presidente, mais uma vez, peço a sensibilidade de V. Exa. para dar agilidade a um requerimento que estou apresentando e que já protocolei na Casa hoje de manhã. Nele solicito informações sobre esse item. Mais tarde, farei questão de lê-lo.

"2 - Deverá ser formalizado licenciamento de nova área" - faço aqui um parêntese para ressaltar que, na reunião de 2005, foi deliberado que deverá ser formalizado licenciamento de nova área - "para disposição de resíduos sólidos, conforme o seguinte cronograma: - processo de licença prévia, até maio de 2006" - portanto, até maio deste ano, Deputado Rêmoló Aloise, devemos ter protocolado pela Prefeitura que foi deliberada pela Câmara essa solicitação da licença prévia do novo aterro -; "licença de instalação, até setembro de 2006" - vejamos bem que, até setembro de 2006, o projeto deverá ter sido aprovado e deverá ser dada sua licença de instalação -; "licença de operação, até dezembro de 2006.

3 - Determinado que a cota 930m (cota-limite do projeto já licenciado) é a altura máxima e definitiva do aterro sanitário da CTRS BR-040, não devendo ser permitido nenhum novo alteamento, nem a mudança geométrica (retaludamento) proposta no projeto de ampliação do aterro; não será permitida a formalização de qualquer novo processo de licenciamento de ampliação da vida útil do aterro na atual área".

Vejam bem, quando o Deputado Jésus Lima fala, dá-nos a impressão de que temos ali um dos mais modernos aterros do País, quando, na realidade, ele já está totalmente obsoleto e comprometido.

"4 - Fica definido que, se a atual proposta de ampliação do aterro sanitário da CTRS BR-040 for considerada tecnicamente viável, após concluída a análise, pela Feam, da documentação a ser encaminhada pela PBH até 15/12/2005, a vida útil dessa ampliação não poderá exceder 12 (doze) meses" - repito que não poderá exceder 12 meses - "contados a partir de 9/12/2005".

Veja bem, até 9/12/2006, o aterro deverá estar totalmente desativado. Não sou eu quem está falando isso. Não é Deputado Fábio Avelar, é a Câmara de Infra-Estrutura do Copam. (- Lê:)

"5) A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte deverá apresentar um documento assumindo toda a responsabilidade como empreendedor por quaisquer danos decorrentes de eventos em função da estabilidade do maciço de resíduos da central de tratamento de resíduos da BR-040".

Portanto, preocupada com a segurança daquele talude, em virtude dos relatórios técnicos apresentados, além de a legislação responsabilizar a Prefeitura por qualquer dano material ou pessoal, exigiu esse documento formal. Essa foi a ata da reunião realizada pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura, no dia 9 de dezembro. No dia 16 de dezembro do mesmo ano, houve nova deliberação. (- Lê:)

"11) Processo administrativo de alteração do prazo de validade da licença de operação. Superintendência de Limpeza Urbana - SLU -, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Destinação final de resíduos sólidos urbanos. Belo Horizonte. Copam/PA/367/1996/002/2002. A Câmara de Atividades de Infra-Estrutura deliberou, por unanimidade, ratificar a validade da licença de operação do aterro sanitário da BR-040, ficando vinculada ao enchimento da cota 930 e mantendo o prazo da reunião anterior, que seria 9/12/2006. Prevê, ainda, as seguintes medidas a serem cumpridas pela Prefeitura de Belo Horizonte: 1) Protocolar, quinzenalmente, na Feam, o resultado do monitoramento semanal da ocupação da célula da cota 930; 2) Apresentar, até fevereiro de 2006, a revisão do plano de encerramento".

Sr. Presidente, levando em consideração que o aterro será encerrado e solicitando da Prefeitura o plano de encerramento e detalhamento do uso da área do aterro da BR-040, após o seu término, além da revisão do plano de monitoramento por um período mínimo de 20 anos após a paralisação do referido aterro, e, nesse prazo, solicitando ainda informações sobre a qualidade da água subterrânea e superficial e a estabilidade do maciço; essas foram as decisões tomadas na Câmara.

O chorume do aterro também demonstra sua fragilidade. Ele não é tratado "in loco". É coletado por meio de caminhões-tanques e levado até a estação de tratamento da Copasa. Há dois problemas. Primeiro, qualquer leigo sabe que um dos principais agentes de estabilidade ou de instabilidade de um talude pode ser o chorume. É preciso um controle rígido em relação à quantidade de chorume retirada do aterro. Se houver descuido por parte da quantidade de caminhões, pode haver uma variação no talude, comprometendo sua estabilidade.

Outro problema sério é que essa é uma solução paliativa. Fui engenheiro e Diretor da Copasa e sei que não foi previsto, no projeto original, o tratamento do chorume do aterro da BR-040.

Tratou-se de uma situação emergencial, e acredito que a Copasa apreciou-a de maneira cuidadosa. O equivalente populacional de um efluente de um aterro de chorume é alto, o que pode comprometer a estação de tratamento. A estação de tratamento da Copasa do Rio Arrudas ainda tem uma reserva, por isso está recebendo esse chorume temporariamente. Não sabemos até quando poderá recebê-lo sem que haja comprometimento dessa situação.

Saliento que isso não ocorreu somente nesse ano. O prazo formal para encerramento das atividades do aterro deveria dar-se no final de 2005. Houve um recurso da Prefeitura e participação efetiva da comunidade. Saliento a importante participação do Movimento Muda Aterro, de Belo Horizonte, que existe há mais de dez anos. Há mais de dez anos essa comunidade, por meio de uma ação organizada, vem lutando para que as atividades daquele aterro sejam encerradas. E de maneira mais contundente a partir de dezembro de 2004, desde quando vem realizando ações efetivas por meio de audiências públicas, visitas e envolvimento da mídia. E também demonstrou grande maturidade quando a Câmara de Infra-Estrutura atendeu a Prefeitura para rever o prazo de 2005, tendo em vista as dificuldades apresentadas por esta. O movimento concordou com o adiamento para 9/12/2006, um ano depois. E agora, depois de todo esse trabalho, um Secretário Municipal, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, diz que não respeitará uma deliberação do Copam.

Gostaria de ler dois requerimentos que protocolei nesta Casa hoje pela manhã, e gostaria que a Presidência respondesse o mais rápido possível: "O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, que seja encaminhada à Feam solicitação de informações sobre o cumprimento das deliberações do Copam, na reunião da Câmara de Atividade de Infra-estrutura - CIF - do dia 9/12/2005, abaixo descritas: informar se a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte apresentou a complementação de informações técnicas, até 15/12/2005, para finalização da análise, pela Feam, da proposta de ampliação da CTRS da BR-040 - Deliberação 1 -;

Informar se a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte apresentou documento assumindo toda a responsabilidade como empreendedor por quaisquer danos decorrentes de eventos em função da estabilidade do maciço de redutos do referido aterro". Apresento, em anexo, a devida justificativa.

Outro requerimento, também encaminhado ao Presidente desta Casa, com o seguinte teor: "O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, que seja encaminhada à Feam solicitação de informações sobre o cumprimento das deliberações do Copam, na reunião da Câmara de Atividade de Infra-estrutura - CIF - do dia 16/12/2005, na Deliberação nº 11, abaixo descritas: informar se a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte protocola quinzenalmente na Feam o resultado de monitoramento semanal da ocupação da célula da cota de 930m; informar se a PBH apresentou, até fevereiro de 2006, a revisão do plano de encerramento e o detalhamento do uso da área do aterro da CTRS da BR-040, após o término da vida útil; e informar se a Prefeitura apresentou a revisão do plano de monitoramento, por período mínimo de 20 anos após o término da vida útil, quanto à qualidade da água subterrânea e superficial e estabilidade do maciço".

Sr. Presidente, são esses os requerimentos. Peço, mais uma vez, a compreensão de V. Exa. para dar a devida agilização e espero ter esclarecido a opinião pública.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pela paciência de ouvir-nos por tanto tempo. Creio que essa comunicação é urgente. Sem dúvida, o Deputado Fábio Avelar trouxe esclarecimentos técnicos da nossa posição. Agradeço também ao Deputado Rêmoló Aloise e a toda a assessoria da Mesa, que acompanhou nossa manifestação.

Quero dizer, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que concordamos plenamente com as palavras do Deputado Fábio Avelar. Em todo o Estado, temos

visto o rigor do Copam e da Feam, que fiscaliza os pequenos Municípios. Hoje o Copam está descentralizado, e pesa sobre os Municípios uma fiscalização. Lamentavelmente, neste momento, a Prefeitura de Belo Horizonte é que tem dado péssimo exemplo.

Creio que isso é um péssimo exemplo, pois os outros Municípios procuram, com dificuldades próprias de pequenos Municípios, adequar-se às determinações ambientais de tratamento e coleta de resíduos.

No entanto, vemos esse exemplo da Prefeitura de Belo Horizonte, apresentado aqui pelo Deputado Fábio Avelar, cuja ação, como disse o Secretário, passará por cima de todos. Creio que, levando-se em conta a questão ambiental, não será um bom exemplo para o Estado. É assim que entendemos, pois acompanhamos a firmeza da Feam em relação a todos os Municípios mineiros.

Obrigado, Sr. Presidente e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo tempo concedido.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Por fim, agradeço mais uma vez ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Sr. Presidente, protocolei nesta Casa, com o apoio de mais de 30 Deputados - e estamos recebemos ainda mais -, a solicitação de criação de uma Comissão Especial para tratar a questão dos resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais e também para acompanhar o desdobramento da questão do aterro sanitário de Belo Horizonte. Portanto, peço a V. Exa. que agilize a aprovação desse requerimento e que, de pronto, designe os membros que participarão dessa comissão, que, com certeza, prestará grandes serviços à questão dos resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a V. Exa. a intervenção. Sr. Presidente, agradeço-lhe a atenção.

Quero registrar que hoje, 8 de março, a minha querida Ouro Fino está comemorando mais um aniversário da sua paróquia. Abraço todos os meus queridos amigos e amigas de Ouro Fino.

Hoje, às 19 horas, haverá uma missa no santuário, presidida por D. Ricardo. As minhas homenagens ao nosso Pe. Bino, Pe. Cláudio, que, sem dúvida alguma, têm feito um trabalho extraordinário à frente da nossa paróquia, e também ao Pe. Maurício, cuja paróquia foi recentemente criada por nós, a Paróquia de Santo Antônio, de Ouro Fino. Quero abraçar o nosso querido Prefeito Cacau; o Vice-Prefeito Henrique; o Deoclécio, Presidente da Câmara; e todos os ouro-finenses, que hoje comemoram o dia de uma das paróquias mais antigas de Minas Gerais.

No próximo dia 16, será o aniversário de emancipação política da nossa cidade de Ouro fino, minha terra natal. Mais uma vez, agradeço ao Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, que tanto nos tem ajudado na condução dos trabalhos. V. Exa. tem dado sustentabilidade a este Parlamento e possibilitado a todos a fazerem uso da tribuna de maneira democrática e usual. A V. Exa. o nosso muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 7/3/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/2001, assinou os seguintes atos:

exonerando Vera Lucia de Freitas do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Alessandra Loureiro Gomes para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 2.043, de 29/5/2001, assinou o seguinte ato:

dispensando Rosineide Maria Mendes da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2006

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 24/3/2006, às 14h30min, pregão presencial do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha, ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de março de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Bom Despacho. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Buritis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Pará de Minas. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Várzea da Palma. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### ERRATAS

#### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.756/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/3/2006, na pág. 34, col. 3, no art. 2º, onde se lê:

""ORDEM: 1", leia-se:

""ORDEM: 126".

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 11/3/2006, na pág. 36, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Irani Barbosa", onde se lê:

"Paulo Henrique Gardingo", leia-se:

"Paulo Henrique Fraga Gardingo".